



31 de Março de 2012

Demonstrações Contábeis
Completas em IFRS



Itaú Unibanco Holding S.A.



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Aos administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas (Consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas em 31 de março de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período três meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

São Paulo, 3 de maio de 2012.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado em
(Em milhões de Reais)

ATIVO	NOTA	31/03/2012	31/12/2011
Disponibilidades	3	10.551	10.668
Depósitos Compulsórios no Banco Central	4	75.618	98.053
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	24.299	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	5	122.819	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6	120.064	121.889
Dados em Garantia		17.498	12.142
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		102.566	109.747
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	6b	189	186
Derivativos	7 e 8	8.842	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	55.005	47.510
Dados em Garantia		15.235	8.455
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		39.770	39.055
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10	3.010	3.105
Dados em Garantia		143	230
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		2.867	2.875
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	11	324.192	322.391
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		348.277	346.264
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(24.085)	(23.873)
Outros Ativos Financeiros	19a	38.394	40.254
Investimentos em Empresas não Consolidadas	12	2.553	2.544
Imobilizado, Líquido	14	5.227	5.358
Ativos Intangíveis, Líquido	15	3.956	3.825
Ativos Fiscais		25.408	26.088
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.378	2.857
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	26b	22.532	22.745
Outros		498	486
Bens Destinados a Venda		98	85
Outros Ativos	19a	7.398	7.357
TOTAL DO ATIVO		827.623	818.136

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado em
(Em milhões de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/03/2012	31/12/2011
Depósitos	16	231.345	242.636
Captações no Mercado Aberto	18a	199.804	185.413
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	17	736	2.815
Derivativos	7 e 8	7.547	6.747
Recursos de Mercados Interbancários	18a	89.850	90.498
Recursos de Mercados Institucionais	18b	56.970	54.807
Outros Passivos Financeiros	19b	42.861	44.119
Provisão de Seguros e Previdência Privada	29c III	74.974	70.904
Passivos de Planos de Capitalização		2.856	2.838
Provisões	31	16.573	15.990
Obrigações Fiscais		5.346	7.408
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		938	1.872
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	26b II	3.406	4.319
Outras		1.002	1.217
Outros Passivos	19b	22.607	18.625
Total do Passivo		751.469	742.800
Capital Social	20a	45.000	45.000
Ações em Tesouraria	20a	(1.475)	(1.663)
Capital Adicional Integralizado		760	738
Reservas Integralizadas	20d	24.456	24.279
Reservas a Integralizar		6.094	5.561
Resultado Abrangente Acumulado		131	26
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		74.966	73.941
Participações de Acionistas não Controladores		1.188	1.395
Total do Patrimônio Líquido		76.154	75.336
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		827.623	818.136

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em 31 de março de 2012 e de 2011
(Em milhões de Reais, exceto as informações de lucro por ação)

	NOTA	2012	2011
Produto Bancário		20.836	18.280
Receita de Juros e Rendimentos	22a	26.349	22.594
Despesa de Juros e Rendimentos	22b	(13.383)	(11.002)
Receita de Dividendos		64	72
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros	22c	1.050	291
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		469	419
Receita de Prestação de Serviços	23	4.662	4.328
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.474	1.257
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	29b III	4.973	3.869
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(3.622)	(2.728)
Receita de Operações de Capitalização		123	116
Outras Receitas	24	151	321
Perdas com Créditos e Sinistros		(5.334)	(3.310)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	(6.063)	(4.110)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.193	1.199
Despesas com Sinistros		(464)	(399)
Margem Operacional		15.502	14.970
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(10.169)	(9.596)
Despesas Gerais e Administrativas	25	(8.920)	(8.623)
Despesas Tributárias		(1.209)	(1.038)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas	12	(40)	65
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	26	5.333	5.374
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2.709)	(2.075)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		855	329
LUCRO LÍQUIDO		3.479	3.628
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	27	3.285	3.472
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		194	156
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO			
Ordinárias		0,73	0,76
Preferenciais		0,73	0,76
LUCRO POR AÇÃO - DILUÍDO	27		
Ordinárias		0,73	0,76
Preferenciais		0,73	0,76
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - BÁSICA	27		
Ordinárias		2.289.284.300	2.289.284.273
Preferenciais		2.227.800.664	2.257.961.948
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - DILUIDA	27		
Ordinárias		2.289.284.300	2.289.284.273
Preferenciais		2.241.526.859	2.270.192.545

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em 31 de março de 2012 e de 2011

(Em milhões de Reais)

	NOTA	2012	2011
Lucro Líquido		3.479	3.628
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		167	(257)
Variação de Valor Justo		475	(245)
(Ganhos)/Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	9	(217)	(184)
Efeito Fiscal		(91)	172
Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior	8	(113)	13
Variação de Valor Justo		(178)	22
Efeito Fiscal		65	(9)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(27)	54
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Empresas não Consolidadas - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		78	17
Total do Resultado Abrangente		3.584	3.455
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		194	156
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		3.390	3.299

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 20 e 21)
Períodos findos em 31 de março de 2012 e de 2011
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores											Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes			Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	
							Disponíveis para Venda	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge de Fluxo de Caixa			
Saldo em 01/01/2011	45.000	(628)	490	16.904	3.615	-	775	(274)	(7)	65.875	1.677	67.552
Transações com os Acionistas	-	120	49	(1.308)	389	(774)	-	-	-	(1.524)	(342)	(1.866)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	120	15	-	-	-	-	-	-	135	-	135
Outorga de Opções - Despesas Reconhecidas no Período	-	-	34	-	-	-	-	-	-	34	-	34
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(249)	(249)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Pagos em 2011 - Exercício 2010	-	-	-	(1.308)	-	-	-	-	-	(1.308)	-	(1.308)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b)	-	-	-	-	-	(774)	-	-	-	(774)	(7)	(781)
Outros	-	-	-	-	389	-	-	-	-	389	(86)	303
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	3.472	(240)	54	13	3.299	156	3.455
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.472	-	-	-	3.472	156	3.628
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(240)	54	13	(173)	-	(173)
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	144	-	(144)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	1.957	597	(2.554)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2011	45.000	(508)	539	17.697	4.601	-	535	(220)	6	67.650	1.491	69.141
Mutação do Período	-	120	49	793	986	-	(240)	54	13	1.775	(186)	1.589
Saldo em 01/01/2012	45.000	(1.663)	738	24.279	5.561	-	360	118	(452)	73.941	1.395	75.336
Transações com os Acionistas	-	188	22	(1.847)	14	(742)	-	-	-	(2.365)	(401)	(2.766)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	188	(21)	-	-	-	-	-	-	167	-	167
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	43	-	-	-	-	-	-	43	-	43
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20b)	-	-	-	-	-	(742)	-	-	-	(742)	(1)	(743)
Pagamento Juros sobre Capital Próprio Declarado após 31/12/2011	-	-	-	(1.847)	-	-	-	-	-	(1.847)	-	(1.847)
Outros	-	-	-	-	14	-	-	-	-	14	(398)	(384)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	3.285	245	(27)	(113)	3.390	194	3.584
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.285	-	-	-	3.285	194	3.479
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	245	(27)	(113)	105	-	105
Destinações:												
Reserva Legal	-	-	-	138	-	(138)	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	1.886	519	(2.405)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2012	45.000	(1.475)	760	24.456	6.094	-	605	91	(565)	74.966	1.188	76.154
Mutação do Período	-	188	22	177	533	-	245	(27)	(113)	1.025	(207)	818

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
Períodos Findos em 31 de março de 2012 e de 2011
(Em milhões de reais)

	NOTA	2012	2011
Lucro Líquido		3.479	3.628
Ajustes ao Lucro Líquido:		9.841	6.766
Opções de Outorgas Reconhecidas	21d	43	34
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		579	17
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11b	6.063	4.110
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		882	757
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		26	33
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		3.622	2.728
Resultado de Operações de Capitalização		(123)	(116)
Depreciações e Amortizações	14 e 15	513	523
Tributos Diferidos		(855)	(329)
Resultado de Participações sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas		40	(65)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9	(217)	(184)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(665)	(607)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(70)	(112)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	24 e 25	(2)	2
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	24 e 25	4	1
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	24 e 25	5	12
Outros		(4)	(38)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES (*)		31.592	(22.045)
(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(1.731)	359
(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto		10.324	(29.683)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		22.432	(5.070)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		1.817	6.518
(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)		713	(467)
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		(3)	159
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(7.659)	(13.671)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		1.850	4.548
(Aumento) Redução em Outros Ativos Fiscais		1.540	2.349
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(257)	578
(Redução) Aumento em Depósitos		(11.334)	1.544
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		14.387	7.111
(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(2.079)	(1.018)
(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários		(693)	6.045
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros		(1.246)	(6.595)
(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência		448	166
(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização		141	208
(Redução) Aumento em Provisões		811	84
(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais		1.356	(112)
(Redução) Aumento em Outros Passivos		4.240	6.577
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.465)	(1.675)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		44.912	(11.651)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas		22	19
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		7.548	4.711
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		165	289
Alienação de Bens Destinados a Venda		18	28
Alienação de Imobilizado de Uso	14	188	7
Distrato de Contratos do Intangível	15	-	4
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(13.928)	(3.304)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		-	(123)
Aquisição de Imobilizado de Uso	14	(413)	(380)
Aquisição de Intangível	15	(332)	(218)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(6.732)	1.033
Captação em Mercados Institucionais		5.544	4.012
Resgate em Mercados Institucionais		(4.328)	(2.713)
Aquisição/Aumento de Participação de Acionistas Controladores		(2)	(249)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		167	135
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(1)	(7)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(3.343)	(2.877)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.963)	(1.699)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.4c e 3	36.217	(12.317)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	38.105	45.609
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(579)	(17)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	73.743	33.275
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa			
Juros Recebidos		22.942	22.986
Juros Pagos		8.228	10.019
Transações Não Monetárias			
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		1	2
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e ainda Não Pagos		725	791

() Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima*
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Em 31 de Março de 2012 e de 2011 e em 31 de Dezembro de 2011

(Em milhões de Reais, exceto informações por ação)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) e suas subsidiárias e afiliadas é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de linhas de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior e a clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. Esses serviços são oferecidos no Brasil a clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), e no exterior são oferecidos por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Paraguai, nas Ilhas Cayman e na Europa (Portugal e Luxemburgo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 33, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para clientes pessoas físicas de varejo (sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Itaú, Uniclass e Personnalité ou com alto patrimônio (Private Bank) e para clientes pessoas jurídicas (micro, pequenas e médias empresas), incluindo serviços como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Itaú BBA, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de grande porte, bem como atividades de banco de investimento; (3) Crédito ao Consumidor, que oferece produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas como, financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor e (4) Atividade com Mercado + Corporação, que administra nossos juros associados ao capital excedente, nosso excedente da dívida subordinada, o resultado de determinadas atividades de tesouraria, a base líquida dos créditos e débitos tributários, os rendimentos líquidos dos juros resultantes da negociação de ativos financeiros por meio de posições próprias, a gestão de diferenças de moedas, de diferenças de taxa e de outros fatores de risco, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e do efeito do mercado interno e marcação a mercado de ativos e passivos financeiros.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 03 de maio de 2012.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "*International Accounting Standard Board*" ("IASB").

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – "*Interim Financial Reporting*" com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do "*International Financial Reporting Interpretation Committee*" ("IFRIC") descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa demonstra as mudanças, no caixa e equivalentes a caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O caixa e equivalentes a caixa incluem investimentos altamente líquidos.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de março de 2012

- Alteração do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – em Outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos financeiros com riscos remanescentes. Os efeitos dos requerimentos de divulgação estão apresentados na Nota 11.
- Alteração do IAS 12 – “*Income taxes*” - em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.
- Alterações do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações.
- IFRS 9 – “*Financial Instruments*” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.
- Alteração do IAS 19 – “*Employee Benefits*” – essa alteração não permite mais o uso do método do “corredor” e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.
- IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” – o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.
- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operations*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.
- IFRS 12 – “*Disclosures of Interests in Other Entities*” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.
- IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do normativo.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativa e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O montante de provisão era de R\$ 24.085 (R\$ 23.873 em 31/12/2011).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 3.242 (R\$ 3.224 em 31/12/2011).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação no item 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 26. O montante de Ativo Fiscal Diferido era de R\$ 28.737 (R\$ 28.810 em 31/12/2011).

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

Os Instrumentos Financeiros reconhecidos pelo valor justo totalizam ativos no valor de R\$ 184.100 (R\$ 178.339 em 31/12/2011) dos quais R\$ 8.842 são Derivativos (R\$ 8.754 em 31/12/2011) e passivos no valor de R\$ 8.283 (R\$ 9.562 em 31/12/2011) dos quais R\$ 7.547 são Derivativos (R\$ 6.747 em 31/12/2011). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 30.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 30.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

Em 31/03/2012 o montante de R\$ 147 (R\$ 97 em 31/12/2011) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R\$ 578.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

O valor contábil dessas contingências era de R\$ 16.573 (R\$ 15.990 em 31/12/2011).

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I- Subsidiárias

De acordo com o IAS 27 – “*Consolidated and Separate Financial Statements*”, as subsidiárias são entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que normalmente detêm participação superior a 50% em seu capital votante.

II- Sociedades de Propósito Específico (SPEs)

De acordo com SIC 12 – “*Consolidation – Special Purpose Entities*”, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolida as sociedades de propósito específico quando a substância do relacionamento entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as SPEs indica que elas são controladas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com as necessidades específicas do negócio e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém benefícios de sua operação.
- Em substância, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o poder de delegar tais poderes.
- Em substância, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e, por consequência, pode estar exposto aos riscos inerentes às suas atividades.
- Em substância, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III- Entidades sob Controle Conjunto (*Joint Ventures*)

O IAS 31 – “*Interests in Joint Ventures*”, define entidades sob controle conjunto como entidades controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o IAS 31, o tratamento contábil de investimentos em entidades sob controle conjunto pode ser consolidação proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou pela consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as principais subsidiárias consolidadas e as principais entidades sob controle conjunto consolidadas proporcionalmente, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/03/2012 e 31/12/2011:

	País de Constituição	Atividade	Porcentagem do capital votante em		Porcentagem do capital total em	
			31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
			Banco Dibens S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%
Banco Fiat S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BBA International, S.A.	(1) Portugal	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaúcard S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaúcred Financiamentos S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BIU Participações S.A.	Brasil	Holding	66,15%	66,15%	66,15%	66,15%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fiat Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	Administração de Consórcios	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú Ásia Securities Ltd	Hong Kong	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Securitizadora	91,92%	100,00%	99,96%	100,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Japan Asset Management Limited	Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Middle East Limited	Emirados Árabes	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú USA, INC.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Orbital Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.	Brasil	Serviços de Tecnologia	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Redecard S.A.	(2) Brasil	Adquirente	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Unibanco Cayman Bank Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Unibanco Participações Societárias S.A. (Nota 16e)	Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	51,00%

Entidades sob controle conjunto

Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

(1) Nova denominação social do Banco Itaú Europa, S.A.;

(2) Empresa consolidada integralmente cuja a participação no capital é de 50% mais 17 ações.

Outras Informações

A tabela abaixo apresenta os valores incluídos nos Balanços Patrimoniais Consolidados e nas Demonstrações Consolidadas do Resultado de entidades controladas em conjunto (*Joint Ventures*), consolidadas proporcionalmente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	31/03/2012	31/12/2011
Ativo Circulante	3.578	3.869
Ativo Não Circulante	441	393
Total de Ativos	4.019	4.262
Passivo Circulante	3.311	3.537
Passivo Não Circulante	51	31
Total de Passivos	3.362	3.568
Total de Receitas	417	1.647
Total de Despesas	(437)	(1.600)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para as entidades controladas em conjunto. Para as empresas FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento e FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 32).

IV- Combinações de negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em inputs, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da

compra é requerida. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio. O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I- Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional.

O IAS 21 – “*The effects of changes in foreign exchange rates*” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultados de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizam R\$ (675) para o período de 01/01 a 31/03/2012 (R\$ (522) de 01/01 a 31/03/2011).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes a Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 03.

d) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – designados a valor justo.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por divulgar os Derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros – Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de hedge para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item “hedgeado”, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como hedge contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como hedge contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do hedge, existe designação e documentação formais da relação de hedge e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o hedge.
- é esperado que o hedge seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de hedge em particular.
- quanto ao hedge de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de hedge tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do hedge pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de hedge podem ser confiavelmente medidos.
- o hedge é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o hedge foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de hedge: hedge de valor justo, hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de hedge em estratégias de hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 08.

Hedge de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por hedge afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o hedge não atender mais aos critérios de hedge contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do hedge contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de investimento líquido em operação no exterior

O hedge de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo hedge de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao hedge de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de hedge que for determinada como hedge efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de hedge relacionado à parcela efetiva do hedge que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e

reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nosso segmento de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nosso segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que aqueles observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que aqueles observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* são de no máximo 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do

ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada um dos segmentos: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada um dos quatro segmentos responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada um dos quatro segmentos.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial e prazo esperado de recuperação de créditos inadimplentes (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada um dos segmentos (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada um desses quatro segmentos. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada um dos quatro segmentos resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada segmento na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações financeiras da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- Micro, Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem, além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes. Em períodos posteriores o ativo é considerado como inadimplente, e divulgado como tal, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX- Outros Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 19a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimento.

X- Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 16).
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f).
- Recursos de Mercados Interbancários.
- Recursos de Mercados Institucionais.
- Obrigações de Planos de Capitalização.
- Outros Passivos Financeiros. (Nota 19b).

h) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza para associadas, conforme definido pelo IAS 28) são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) IMOBILIZADO

De acordo com o IAS 16 – “*Property, plant and equipment*”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – “*Impairment of assets*”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu nos períodos findos em 31/03/2012 e em 31/03/2011 perdas por redução ao valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) ÁGIO

De acordo com o IFRS 3 (R) – “*Business Combination*”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida. Em 31/03/2012 e 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possuía saldo de ágio em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Empresas não Consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável nos períodos findos em 31/03/2012 e em 31/03/2011.

m) BENS DESTINADOS A VENDA

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

n) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados.

	31/03/2012
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	15%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

o) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O IFRS 4 – “*Insurance contracts*” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos no resultado durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 29.

p) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro

segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A Receita dos Planos de Capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 360 de 01/01 a 31/03/2012 (R\$ 348 de 01/01 a 31/03/2011).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – “*Employee benefits*”.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes à diferença entre os retornos esperados e os efetivos.
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Custo de serviço passado – é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o IAS 19, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou uma perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) do reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) da alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou uma perda será reconhecido.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o IAS 19, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

r) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – “*Share-based payment*” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – “*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*”.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa O ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada

de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

x) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos estabelecido no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

y) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicado, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – “*Earnings per share*”.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

z) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 23.

aa) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O IFRS 8 – “*Operating Segments*” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial, (ii) Itaú BBA, (iii) Crédito ao Consumidor e (iv) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 33.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é

	31/03/2012	31/12/2011
Disponibilidades	10.551	10.668
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.780	18.921
Aplicações no Mercado Aberto	49.412	8.516
Total	73.743	38.105

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes a caixa são de R\$ 10.519 (R\$ 8.900 em 31/12/2011) e R\$ 73.407 (R\$ 83.732 em 31/12/2011), respectivamente.

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	31/03/2012	31/12/2011
Não Remunerados	5.353	5.730
Remunerados	70.265	92.323
Total	75.618	98.053

NOTA 05 - APLICAÇÃO EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO

	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.560	2.739	24.299	25.384	2.437	27.821
Aplicações no Mercado Aberto (*)	122.819	-	122.819	92.248	-	92.248
Total	144.379	2.739	147.118	117.632	2.437	120.069

(*) O montante de R\$ 7.836 (R\$ 7.046 em 31/12/2011) está dado em garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 57.376 (R\$ 49.701 em 31/12/2011) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f.

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2012				31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.332	49	-	1.381	1.326	35	(22)	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	89.274	199	(5)	89.468	93.914	184	(184)	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	810	34	-	844	868	42	-	910
Títulos Públicos - Outros Países (1b)	1.212	20	(10)	1.222	787	28	(13)	802
Argentina	173	6	(9)	170	226	12	(13)	225
Estados Unidos	579	11	-	590	280	12	-	292
México	356	3	-	359	201	4	-	205
Chile	71	-	(1)	70	50	-	-	50
Uruguai	25	-	-	25	27	-	-	27
Outros	8	-	-	8	3	-	-	3
Títulos de Dívida de Empresas (1c)	27.104	120	(75)	27.149	24.965	84	(125)	24.924
Ações Negociáveis	2.510	88	(69)	2.529	2.325	69	(97)	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	22	1	-	23	23	1	-	24
Certificado de Depósito Bancário	6.431	-	-	6.431	7.820	-	-	7.820
Debêntures	3.485	2	-	3.487	3.525	2	(1)	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	1.544	29	(6)	1.567	1.446	12	(27)	1.431
Letras Financeiras	12.135	-	-	12.135	8.973	-	-	8.973
Outros	977	-	-	977	853	-	-	853
TOTAL	119.732	422	(90)	120.064	121.860	373	(344)	121.889

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeiras e Clientes eram: a) R\$ 16.924 (R\$ 12.010 em 31/12/2011), b) R\$ 376 (R\$ 84 em 31/12/2011) e c) R\$ 198 (R\$ 48 em 31/12/2011), totalizando R\$ 17.498 (R\$ 12.142 em 31/12/2011).

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		
Ganhos	1.127	332
Perdas	(458)	(421)
Total	669	(89)

O custo/custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Custo/Custo amortizado	Valor Justo	Custo/Custo amortizado	Valor Justo
Circulante	40.366	40.452	37.701	37.706
Sem vencimento	3.843	3.910	3.650	3.635
Até um ano	36.523	36.542	34.051	34.071
Não Circulante	79.366	79.612	84.159	84.183
De um a cinco anos	66.055	66.201	72.064	72.088
De cinco a dez anos	8.074	8.122	8.570	8.550
Após dez anos	5.237	5.289	3.525	3.545
TOTAL	119.732	120.064	121.860	121.889

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 61.638 (R\$ 57.734 em 31/12/2011). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBl, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2012			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	185	4	-	189

	31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	182	4	-	186

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Designados a Valor Justo através do Resultado		
Ganhos	5	6
Total	5	6

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Custo/Custo amortizado	Valor justo	Custo/Custo amortizado	Valor justo
Não Circulante	185	189	182	186
Após dez anos	185	189	182	186

NOTA 07 – DERIVATIVOS

O ITAÚ UNIBANCO HONDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 5.355 (R\$ 8.225 em 31/12/2011) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/03/2012	31/03/2012	31/03/2012	31/03/2012
Contratos de futuros	339.061	42	(67)	(25)
Compromissos de Compra	104.415	65	3	68
Moeda Estrangeira	7.055	9	2	11
Mercado Interfinanceiro	84.806	9	-	9
Índices	12.179	45	1	46
Títulos	246	-	-	-
Commodities	129	2	-	2
Compromissos de Venda	234.646	(23)	(70)	(93)
Moeda Estrangeira	8.415	(1)	(64)	(65)
Mercado Interfinanceiro	134.677	(3)	-	(3)
Índices	81.886	(18)	4	(14)
Títulos	8.881	-	-	-
Commodities	787	(1)	(10)	(11)
Contratos de Swaps		53	(317)	(264)
Posição Ativa	95.288	1.753	909	2.662
Moeda Estrangeira	9.521	330	89	419
Mercado Interfinanceiro	37.857	491	8	499
Prefixados	20.941	234	238	472
Pós-Fixados	3.506	1	6	7
Índices	23.137	688	555	1.243
Commodities	3	-	-	-
Outros	323	9	13	22
Posição Passiva	95.235	(1.700)	(1.226)	(2.926)
Moeda Estrangeira	11.489	(441)	(74)	(515)
Mercado Interfinanceiro	24.029	(86)	42	(44)
Prefixados	23.323	(222)	(424)	(646)
Pós-Fixados	5.476	(41)	(4)	(45)
Índices	30.325	(810)	(793)	(1.603)
Títulos	112	(90)	30	(60)
Commodities	99	(5)	-	(5)
Outros	382	(5)	(3)	(8)
Contratos de Opções	800.917	95	(289)	(194)
De Compra - Posição Comprada	198.123	971	(294)	677
Moeda Estrangeira	16.772	638	(244)	394
Mercado Interfinanceiro	31.285	49	(37)	12
Pós-Fixados	311	1	(1)	-
Índices	147.604	192	(73)	119
Títulos	1.527	75	55	130
Commodities	514	15	2	17
Outros	110	1	4	5
De Venda - Posição Comprada	223.472	620	76	696
Moeda Estrangeira	10.178	152	(19)	133
Mercado Interfinanceiro	37.675	56	24	80
Pós-Fixados	180	1	-	1
Índices	169.964	232	9	241
Títulos	2.684	127	63	190
Commodities	2.529	41	(12)	29
Outros	262	11	11	22
De Compra - Posição Vendida	142.803	(802)	53	(749)
Moeda Estrangeira	9.064	(337)	(48)	(385)
Mercado Interfinanceiro	17.135	(32)	26	(6)
Índices	114.270	(360)	127	(233)
Títulos	1.445	(52)	(60)	(112)
Commodities	793	(21)	12	(9)
Outros	96	-	(4)	(4)
De Venda - Posição Vendida	236.519	(694)	(124)	(818)
Moeda Estrangeira	12.280	(251)	122	(129)
Mercado Interfinanceiro	45.017	(114)	(152)	(266)
Índices	177.324	(204)	(28)	(232)
Títulos	1.413	(103)	(58)	(161)
Commodities	210	(11)	3	(8)
Outros	275	(11)	(11)	(22)

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos de futuros	268.806	75	(49)	26
Compromissos de Compra	251.094	75	19	94
Moeda Estrangeira	59.087	(1)	12	11
Mercado Interfinanceiro	144.154	1	-	1
Índices	41.365	75	7	82
Títulos	6.338	-	-	-
Commodities	122	-	-	-
Outros	28	-	-	-
Compromissos de Venda	17.712	-	(68)	(68)
Moeda Estrangeira	15.796	-	(63)	(63)
Mercado Interfinanceiro	52	-	-	-
Índices	1.106	-	-	-
Títulos	230	-	(3)	(3)
Commodities	513	-	(2)	(2)
Outros	15	-	-	-
Contratos de Swaps		72	(120)	(48)
Posição Ativa	94.806	2.155	595	2.750
Moeda Estrangeira	9.883	605	7	612
Mercado Interfinanceiro	39.936	545	50	595
Prefixados	16.808	227	241	468
Pós-Fixados	3.809	3	-	3
Índices	23.995	739	312	1.051
Títulos	28	23	(26)	(3)
Commodities	3	-	-	-
Outros	344	13	11	24
Posição Passiva	94.734	(2.083)	(715)	(2.798)
Moeda Estrangeira	11.171	(608)	22	(586)
Mercado Interfinanceiro	24.958	(100)	10	(90)
Prefixados	21.733	(325)	(301)	(626)
Pós-Fixados	6.144	(133)	2	(131)
Índices	29.225	(816)	(477)	(1.293)
Títulos	112	(85)	34	(51)
Commodities	108	(1)	(4)	(5)
Outros	1.283	(15)	(1)	(16)
Contratos de Opções	1.108.517	576	(739)	(163)
De Compra - Posição Comprada	237.863	1.122	(373)	749
Moeda Estrangeira	17.481	887	(289)	598
Mercado Interfinanceiro	36.911	65	(36)	29
Pós-Fixados	278	1	(1)	-
Índices	181.517	124	(58)	66
Títulos	1.162	31	11	42
Commodities	501	14	-	14
Outros	13	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	354.697	1.457	237	1.694
Moeda Estrangeira	7.635	149	(41)	108
Mercado Interfinanceiro	27.212	293	(49)	244
Prefixados	2	-	1	1
Pós-Fixados	218	1	-	1
Índices	315.903	915	(2)	913
Títulos	2.821	82	317	399
Commodities	768	14	-	14
Outros	138	3	11	14
De Compra - Posição Vendida	174.398	(778)	47	(731)
Moeda Estrangeira	10.325	(454)	(97)	(551)
Mercado Interfinanceiro	23.954	(47)	11	(36)
Índices	139.248	(258)	144	(114)
Títulos	795	(15)	(13)	(28)
Commodities	65	(4)	2	(2)
Outros	11	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	341.559	(1.225)	(650)	(1.875)
Moeda Estrangeira	10.757	(309)	113	(196)
Mercado Interfinanceiro	35.433	(178)	(239)	(417)
Prefixados	2	-	(1)	(1)
Índices	293.394	(647)	(197)	(844)
Títulos	1.636	(79)	(316)	(395)
Commodities	197	(9)	1	(8)
Outros	140	(3)	(11)	(14)

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/03/2012	31/03/2012	31/03/2012	31/03/2012
Contratos a Termo	18.081	841	9	850
Compras a Receber	7.490	1.629	6	1.635
Moeda Estrangeira	5.562	259	6	265
Mercado Interfinanceiro	523	-	-	-
Prefixados	959	959	-	959
Pós-Fixados	408	408	-	408
Títulos	2	2	-	2
Commodities	28	1	-	1
Outros	8	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	2.688	(1.474)	5	(1.469)
Moeda Estrangeira	2.574	(90)	5	(85)
Prefixados	-	(959)	-	(959)
Pós-Fixados	-	(409)	-	(409)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Commodities	114	(14)	-	(14)
Vendas a Receber	2.907	1.713	(4)	1.709
Moeda Estrangeira	1.248	34	(2)	32
Mercado Interfinanceiro	2	2	-	2
Prefixados	497	538	(1)	537
Pós-Fixados	424	424	(1)	423
Índices	5	5	-	5
Títulos	717	708	-	708
Commodities	7	2	-	2
Outros	7	-	-	-
Obrigações por Venda a Entregar	4.996	(1.027)	2	(1.025)
Moeda Estrangeira	4.942	(192)	-	(192)
Prefixados	-	(396)	-	(396)
Pós-Fixados	-	(424)	1	(423)
Commodities	54	(15)	1	(14)
Derivativos de Crédito	7.177	496	178	674
Posição Ativa	3.120	690	87	777
Moeda Estrangeira	114	-	1	1
Prefixados	2.118	690	53	743
Pós-Fixados	217	-	27	27
Títulos	664	-	6	6
Outros	7	-	-	-
Posição Passiva	4.057	(194)	91	(103)
Moeda Estrangeira	113	-	(1)	(1)
Prefixados	3.282	(106)	10	(96)
Pós-Fixados	-	(88)	88	-
Títulos	655	-	(6)	(6)
Outros	7	-	-	-
Operações de Forwards	34.763	(32)	41	9
Posição Ativa	17.964	321	33	354
Moeda Estrangeira	17.328	314	33	347
Mercado Interfinanceiro	18	-	-	-
Pós-Fixados	365	6	-	6
Índices	12	1	-	1
Outros	241	-	-	-
Posição Passiva	16.799	(353)	8	(345)
Moeda Estrangeira	16.719	(352)	8	(344)
Mercado Interfinanceiro	13	-	-	-
Pós-Fixados	67	(1)	-	(1)
Swap com Verificação	134	-	(2)	(2)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	67	-	-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	67	-	(2)	(2)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	67	-	3	3
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.985	175	69	244
Posição Ativa	3.491	249	80	329
Moeda Estrangeira	641	76	121	197
Títulos	2.850	173	(41)	132
Posição Passiva	494	(74)	(11)	(85)
Moeda Estrangeira	356	(74)	(11)	(85)
Títulos	138	-	-	-
	ATIVO	7.946	896	8.842
	PASSIVO	(6.276)	(1.271)	(7.547)
	TOTAL	1.670	(375)	1.295

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/03/2012
Futuros	51.663	123.818	77.974	85.606	339.061
Swaps	3.756	28.601	14.212	46.966	93.535
Opções	92.434	292.210	397.274	18.999	800.917
Termo	4.989	7.405	2.663	3.024	18.081
Derivativos de Crédito	235	2.045	946	3.951	7.177
Forwards	7.808	16.300	7.470	3.185	34.763
Swaps com Verificação	-	-	-	67	67
Verificação de Swap	-	-	-	67	67
Outros	70	458	768	2.689	3.985

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / Perdas	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos a Termo	17.248	1.092	(31)	1.061
Compras a Receber	8.702	921	(62)	859
Moeda Estrangeira	7.883	623	(62)	561
Mercado Interfinanceiro	520	-	-	-
Prefixados	-	35	-	35
Pós-Fixados	262	262	-	262
Commodities	37	1	-	1
Obrigações por Compra a Pagar	1.351	(324)	(9)	(333)
Moeda Estrangeira	1.218	(43)	(8)	(51)
Pós-Fixados	-	(262)	-	(262)
Commodities	131	(19)	(1)	(20)
Outros	2	-	-	-
Vendas a Receber	2.230	1.013	7	1.020
Moeda Estrangeira	1.181	24	9	33
Mercado Interfinanceiro	48	1	-	1
Prefixados	148	148	(1)	147
Pós-Fixados	110	110	-	110
Títulos	731	726	(1)	725
Commodities	12	4	-	4
Obrigações por Venda a Entregar	4.965	(518)	33	(485)
Moeda Estrangeira	4.905	(342)	32	(310)
Prefixados	-	(54)	-	(54)
Pós-Fixados	-	(110)	-	(110)
Commodities	60	(12)	1	(11)
Derivativos de Crédito	7.194	153	136	289
Posição Ativa	3.659	242	157	399
Moeda Estrangeira	117	-	1	1
Prefixados	1.820	226	134	360
Pós-Fixados	-	5	11	16
Índices	-	11	(1)	10
Títulos	1.721	-	12	12
Outros	1	-	-	-
Posição Passiva	3.535	(89)	(21)	(110)
Moeda Estrangeira	117	-	(1)	(1)
Prefixados	2.900	(89)	(8)	(97)
Títulos	517	-	(12)	(12)
Outros	1	-	-	-
Operações de Forwards	31.285	69	56	125
Posição Ativa	16.257	421	30	451
Moeda Estrangeira	15.862	415	30	445
Mercado Interfinanceiro	19	-	-	-
Pós-Fixados	376	6	-	6
Posição Passiva	15.028	(352)	26	(326)
Moeda Estrangeira	14.946	(348)	26	(322)
Mercado Interfinanceiro	13	-	-	-
Pós-Fixados	69	(1)	-	(1)
Índices	-	(1)	-	(1)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Swap com Verificação	102	-	(2)	(2)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	51	-	-	-
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	51	-	(2)	(2)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	53	-	4	4
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.894	695	20	715
Posição Ativa	4.640	769	33	802
Moeda Estrangeira	608	55	31	86
Prefixados	973	521	-	521
Títulos	3.054	193	2	195
Outros	5	-	-	-
Posição Passiva	254	(74)	(13)	(87)
Moeda Estrangeira	118	(74)	(11)	(85)
Títulos	75	-	-	-
Outros	61	-	(2)	(2)
	ATIVO	8.175	579	8.754
	PASSIVO	(5.443)	(1.304)	(6.747)
	TOTAL	2.732	(725)	2.007

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2011
Futuros	75.850	67.789	36.072	89.095	268.806
Swaps	9.939	16.691	19.679	46.342	92.651
Opções	846.277	58.377	176.965	26.898	1.108.517
Termo	3.393	7.970	3.626	2.259	17.248
Derivativos de Crédito	88	1.902	1.025	4.179	7.194
Forwards	6.636	14.066	6.899	3.684	31.285
Swaps com Verificação	-	-	-	51	51
Verificação de Swap	-	-	-	53	53
Outros	112	1.372	760	2.650	4.894

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/03/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Prêmios de Opções	1.373	15,5	223	214	542	311	74	9
BM&F Bovespa	851	9,6	130	81	448	163	29	-
Instituições Financeiras	286	3,2	63	82	65	51	20	5
Empresas	236	2,7	30	51	29	97	25	4
Operações a Termo	3.344	37,8	1.020	721	169	77	136	1.221
BM&F Bovespa	717	8,1	137	574	6	-	-	-
Instituições Financeiras	821	9,3	805	-	-	16	-	-
Empresas	1.806	20,4	78	147	163	61	136	1.221
Swaps - Ajuste a Receber	2.662	30,2	66	157	504	247	612	1.076
BM&F Bovespa	358	4,0	21	8	58	21	48	202
Instituições Financeiras	315	3,6	2	65	46	66	58	78
Empresas	1.984	22,5	42	83	400	160	503	796
Pessoas Físicas	5	0,1	1	1	-	-	3	-
Derivativos de Crédito	777	8,7	27	308	202	3	33	204
Instituições Financeiras	561	6,3	27	308	202	2	1	21
Empresas	216	2,4	-	-	-	1	32	183
Forwards	354	4,1	64	100	54	66	31	39
Instituições Financeiras	199	2,3	45	68	34	25	7	20
Empresas	155	1,8	19	32	20	41	24	19
Swaps com Verificação - Empresas	3	0,0	-	-	-	-	1	2
Outros	329	3,7	102	10	1	9	64	143
BM&F Bovespa	98	1,1	98	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	193	2,2	-	9	-	4	64	116
Empresas	38	0,4	4	1	1	5	-	27
Total (*)	8.842	100,0	1.502	1.510	1.472	713	951	2.694
% por prazo de vencimento			17,0%	17,1%	16,6%	8,1%	10,8%	30,5%

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 5.197 referem-se ao circulante e R\$ 3.645 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Futuros	26	0,4	1	51	5	(1)	(3)	(27)
BM&F Bovespa	31	0,4	1	57	5	(1)	(4)	(27)
Instituições Financeiras	(4)	0,0	-	(2)	-	(2)	-	-
Empresas	(1)	0,0	-	(4)	-	2	1	-
Prêmios de Opções	2.443	27,9	1.252	182	223	660	113	13
BM&F Bovespa	1.689	19,3	1.162	11	35	471	10	-
Instituições Financeiras	286	3,3	45	67	59	87	27	1
Empresas	468	5,3	45	104	129	102	76	12
Operações a Termo	1.879	21,3	644	384	156	209	146	340
BM&F Bovespa	727	8,3	461	219	47	-	-	-
Instituições Financeiras	80	0,9	74	-	1	2	3	-
Empresas	1.072	12,1	109	165	108	207	143	340
Swaps - Ajuste a Receber	2.750	31,4	230	351	168	502	534	965
BM&F Bovespa	332	3,8	13	25	31	61	22	180
Instituições Financeiras	259	3,0	29	63	13	28	49	77
Empresas	2.155	24,6	187	262	122	413	463	708
Pessoas Físicas	4	0,0	1	1	2	-	-	-
Derivativos de Crédito	399	4,6	-	15	17	6	52	309
Instituições Financeiras	95	1,1	-	15	17	2	2	59
Empresas	304	3,5	-	-	-	4	50	250
Forwards	451	5,2	96	101	73	67	44	70
Instituições Financeiras	279	3,2	83	73	45	31	8	39
Empresas	172	2,0	13	28	28	36	36	31
Swaps com Verificação - Empresas	4	0,0	-	-	-	-	-	4
Outros	802	9,2	54	470	3	30	74	171
Instituições Financeiras	778	8,9	54	467	1	11	74	171
Empresas	24	0,3	-	3	2	19	-	-
Total (*)	8.754	100,0	2.277	1.554	645	1.473	960	1.845
% por prazo de vencimento			26,0%	17,8%	7,4%	16,8%	11,0%	21,1%

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 5.949 referem-se ao circulante e R\$ 2.805 ao não circulante.

31/03/2012

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Futuros	(25)	0,3	(1)	6	50	(48)	(11)	(21)
BM&F Bovespa	(16)	0,2	(2)	20	10	(13)	(9)	(22)
Instituições Financeiras	(9)	0,1	1	(14)	40	(35)	(2)	1
Prêmios de Opções	(1.567)	20,7	(252)	(184)	(653)	(378)	(91)	(9)
BM&F Bovespa	(1.045)	13,8	(214)	(56)	(522)	(205)	(48)	-
Instituições Financeiras	(391)	5,2	(37)	(101)	(101)	(127)	(21)	(4)
Empresas	(131)	1,7	(1)	(27)	(30)	(46)	(22)	(5)
Operações a Termo	(2.494)	33,0	(896)	(102)	(93)	(68)	(114)	(1.221)
BM&F Bovespa	(2)	0,0	(2)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(824)	10,9	(824)	-	-	-	-	-
Empresas	(1.668)	22,1	(70)	(102)	(93)	(68)	(114)	(1.221)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.926)	38,8	(58)	(133)	(541)	(247)	(608)	(1.339)
BM&F Bovespa	(644)	8,5	(16)	(9)	(127)	(22)	(187)	(283)
Instituições Financeiras	(597)	7,9	(7)	(52)	(74)	(109)	(90)	(265)
Empresas	(1.627)	21,6	(34)	(61)	(312)	(104)	(326)	(790)
Pessoas Físicas	(58)	0,8	(1)	(11)	(28)	(12)	(5)	(1)
Derivativos de Crédito	(103)	1,4	-	-	(9)	(3)	(3)	(88)
Instituições Financeiras	(98)	1,3	-	-	(8)	(1)	(2)	(87)
Empresas	(5)	0,1	-	-	(1)	(2)	(1)	(1)
Forwards	(345)	4,6	(47)	(89)	(55)	(85)	(61)	(8)
Instituições Financeiras	(288)	3,8	(33)	(77)	(43)	(70)	(58)	(7)
Empresas	(57)	0,8	(14)	(12)	(12)	(15)	(3)	(1)
Swaps com Verificação - Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(85)	1,2	-	(1)	-	(2)	(76)	(6)
Instituições Financeiras	(81)	1,1	-	-	-	-	(75)	(6)
Empresas	(4)	0,1	-	(1)	-	(2)	(1)	-
Total (*)	(7.547)	100,0	(1.254)	(503)	(1.301)	(831)	(964)	(2.694)
% por prazo de vencimento			16,6%	6,7%	17,2%	11,0%	12,8%	35,7%

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (3.889) referem-se ao circulante e R\$ (3.658) ao não circulante.

31/12/2011

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Prêmios de Opções	(2.606)	38,6	(1.205)	(289)	(235)	(712)	(153)	(12)
BM&F Bovespa	(1.768)	26,2	(1.114)	(87)	(20)	(484)	(63)	-
Instituições Financeiras	(687)	10,2	(86)	(185)	(180)	(162)	(63)	(11)
Empresas	(151)	2,2	(5)	(17)	(35)	(66)	(27)	(1)
Operações a Termo	(818)	12,1	(42)	(92)	(194)	(56)	(99)	(335)
Instituições Financeiras	(67)	1,0	(6)	(31)	(30)	-	-	-
Empresas	(751)	11,1	(36)	(61)	(164)	(56)	(99)	(335)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.798)	41,5	(211)	(177)	(116)	(534)	(497)	(1.263)
BM&F Bovespa	(518)	7,7	(6)	(11)	(24)	(131)	(102)	(244)
Instituições Financeiras	(682)	10,1	(134)	(75)	(13)	(41)	(110)	(309)
Empresas	(1.557)	23,1	(70)	(89)	(73)	(342)	(274)	(709)
Pessoas Físicas	(41)	0,6	(1)	(2)	(6)	(20)	(11)	(1)
Derivativos de Crédito	(110)	1,7	-	(5)	(9)	(7)	(8)	(81)
Instituições Financeiras	(106)	1,6	-	(5)	(9)	(5)	(7)	(80)
Empresas	(4)	0,1	-	-	-	(2)	(1)	(1)
Forwards	(326)	4,8	(68)	(67)	(61)	(49)	(47)	(34)
Instituições Financeiras	(246)	3,6	(55)	(51)	(40)	(33)	(38)	(29)
Empresas	(80)	1,2	(13)	(16)	(21)	(16)	(9)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	(2)	0,0	-	-	-	-	-	(2)
Outros	(87)	1,3	-	-	-	(6)	(81)	-
Instituições Financeiras	(80)	1,2	-	-	-	-	(80)	-
Empresas	(7)	0,1	-	-	-	(6)	(1)	-
Total (*)	(6.747)	100,0	(1.526)	(630)	(615)	(1.364)	(885)	(1.727)
% por prazo de vencimento			22,6%	9,3%	9,1%	20,2%	13,1%	25,6%

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (4.135) referem-se ao circulante e R\$ (2.612) ao não circulante.

Ganhos e Perdas Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Swap	13	294
Termo	14	70
Futuro	(127)	72
Opções	394	240
Derivativos de Crédito	57	35
Outros	(192)	(521)
Total	159	190

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tinha contratos em aberto referentes à proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/03/2012						
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	4.057	1.429	1.361	839	428	(94)
TRS	-	-	-	-	-	(9)
Total por Instrumento	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)
Total por Risco	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)
Total por Entidade	4.057	1.429	1.361	839	428	(103)

31/12/2011						
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.526	1.290	1.106	990	140	(101)
TRS	9	-	-	9	-	(9)
Total por Instrumento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Risco	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)
Total por Entidade	3.535	1.290	1.106	999	140	(110)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/03/2012			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(4.057)	1.949	(2.108)
TRS	-	1.171	1.171
Total	(4.057)	3.120	(937)

31/12/2011			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.526)	2.471	(1.055)
TRS	(9)	1.188	1.179
Total	(3.535)	3.659	124

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O hedge contábil varia de acordo com a natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem ser qualificados como instrumento de hedge, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros DI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a certos passivos pós fixados, denominados em Reais, e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em Dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança, no valor justo do derivativo hipotético, é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (hedge de ações preferenciais resgatáveis) e 2010 (hedge de depósitos denominados em reais e operações compromissadas), e os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2012 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- Hedge de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a Moeda Funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2011, mas o vencimento dos instrumentos de hedge ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais:

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	31/03/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(446)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(1)	(282)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	1
Swap de Taxa de Juros	(40)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(30)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(486)		(1)	(312)		1

(*) Em 31 de Março de 2012, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 281 (R\$ 167 em 31/12/2011).

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	31/03/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI (1)	(687)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	65	(890)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	42
Forward	58	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	18	130	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	19
NDF (2)	193	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2	335	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	2
Ativos Financeiros	(3)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-	(10)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-
Total	(439)		85	(435)		63

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior;

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de hedge e o valor contábil do objeto hedge em 31/3/2012:

Estratégias	31/03/2012			31/12/2011		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	56.462	1	41.152	19.113	(4)	19.083
Hedge de ações preferências resgatáveis	716	(40)	716	737	(37)	737
Hedge de CDB subordinado	87	-	121	87	-	118
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	6.757	19	4.054	6.886	31	4.131

(*) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 40% referente a impostos.

Prazo de vencimento	Estratégias				Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	
2012	38.904	-	-	6.757	45.661
2013	11.398	-	-	-	11.398
2014	5.392	-	87	-	5.479
2015	-	716	-	-	716
2016	-	-	-	-	-
2017	768	-	-	-	768
Total	56.462	716	87	6.757	64.022

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2012				31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	751	4	-	755	802	4	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	12.451	248	(4)	12.695	12.296	183	(55)	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	8.524	336	(4)	8.856	5.667	240	(1)	5.906
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	5.825	6	(23)	5.808	4.327	5	(15)	4.317
Estados Unidos	241	-	-	241	-	-	-	-
México	-	-	-	-	10	1	-	11
Dinamarca	1.790	-	-	1.790	1.949	-	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	418	-	-	418
Coreia	1.640	-	-	1.640	295	-	-	295
Chile	1.592	4	(3)	1.593	992	4	(1)	995
Paraguai	349	-	(20)	329	358	-	(14)	344
Uruguai	162	2	-	164	268	-	-	268
Outros	51	-	-	51	37	-	-	37
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	25.952	1.177	(238)	26.891	23.174	1.699	(816)	24.057
Ações Negociáveis	3.367	714	(169)	3.912	3.458	698	(178)	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	8.182	253	(37)	8.398	7.806	707	(499)	8.014
Certificado de Depósito Bancário	300	-	-	300	274	-	-	274
Debêntures	8.366	55	(24)	8.397	7.165	139	(68)	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	4.119	155	(8)	4.266	3.554	152	(68)	3.638
Notas Promissórias	494	-	-	494	646	-	-	646
Letras Financeiras	773	-	-	773	-	-	-	-
Outros	351	-	-	351	271	3	(3)	271
TOTAL	53.503	1.771	(269)	55.005	46.266	2.131	(887)	47.510

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 6.663 (R\$ 2.208 em 31/12/2011), b) R\$ 6.669 (R\$ 3.880 em 31/12/2011), c) R\$ 5 (R\$ 12 em 31/12/2011) e d) R\$ 1.898 (R\$ 2.355 em 31/12/2011), totalizando R\$ 15.235 (R\$ 8.455 em 31/12/2011).

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos	262	217
Perdas	(45)	(33)
Total	217	184

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Custo/ Amortizado	Custo Valor Justo	Custo/ Amortizado	Custo Valor Justo
Circulante	19.326	20.027	13.239	13.904
Sem vencimento	4.112	4.663	4.257	4.779
Até um ano	15.214	15.364	8.982	9.125
Não Circulante	34.177	34.978	33.027	33.606
De um a cinco anos	17.389	17.720	16.875	17.042
De cinco a dez anos	10.812	10.669	9.792	9.655
Após dez anos	5.976	6.589	6.360	6.909
Total	53.503	55.005	46.266	47.510

Durante o período findo em 31/03/2012 e 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2011 Custo Amortizado	31/12/2011 Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.805	2.812
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)	108	196
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	97	97
Debêntures	31	30
Euro Bonds e Assemelhados	64	65
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2	2
Total	3.010	3.105

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 104 (R\$ 189 em 31/12/2011) e b) R\$ 39 (R\$ 41 em 31/12/2011), totalizando R\$ 143 (R\$ 230 em 31/12/2011).

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 77 (R\$ 117 de 01/01 a 31/03/2011).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento é divulgado na Nota 30.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	34	120
Até um ano	34	120
Não Circulante	2.976	2.985
De um a cinco anos	232	242
De cinco a dez anos	1.103	1.077
Após dez anos	1.641	1.666
Total	3.010	3.105

Durante o período findo em 31/03/2012 e 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/03/2012	31/12/2011
Pessoas Físicas	148.266	148.127
Cartão de Crédito	36.574	38.961
Crédito Pessoal	37.590	35.253
Veículos	59.511	60.463
Crédito Imobiliário	14.591	13.450
Grandes Empresas	94.296	93.229
Micro/Pequenas e Médias Empresas	85.404	85.649
Unidades Externas América Latina	20.311	19.259
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	348.277	346.264
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.085)	(23.873)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	324.192	322.391
Por setor do devedor	31/03/2012	31/12/2011
Setor Público	1.644	1.990
Indústria e Comércio	99.962	99.859
Serviços	72.456	70.642
Setor Primário	16.165	16.109
Outros Setores	881	1.497
Pessoa Física	157.169	156.167
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	348.277	346.264
Por vencimento	31/03/2012	31/12/2011
Vencidas a partir de 1 dia	14.900	14.879
A vencer até 3 meses	97.689	95.449
A vencer de 3 a 12 meses	85.111	85.438
A vencer acima de um ano	150.577	150.498
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	348.277	346.264
Por Concentração	31/03/2012	31/12/2011
Principal Devedor	2.517	2.331
10 Maiores Devedores	13.666	13.613
20 Maiores Devedores	21.260	21.603
50 Maiores Devedores	35.178	35.504
100 Maiores Devedores	48.590	48.280

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 633 e R\$ 535 de receita de juros e rendimentos em 31/03/2012 e 31/03/2011, respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2011	Baixas 01/01 a 31/03/2012	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 31/03/2012	Saldo Final 31/03/2012
Pessoas Físicas	13.629	(2.839)	3.147	13.937
Cartão de Crédito	3.825	(1.233)	832	3.424
Crédito Pessoal	5.343	(1.111)	1.452	5.684
Veículos	4.415	(485)	855	4.785
Crédito Imobiliário	46	(10)	8	44
Grandes Empresas	758	(80)	123	801
Micros/Pequenas e Médias	9.197	(2.884)	2.748	9.061
Unidades Externas América Latina	289	(48)	45	286
Total	23.873	(5.851)	6.063	24.085

Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2010	Baixas 01/01 a 31/12/2011	Constituição/ (Reversão) 01/01 a 31/12/2011	Saldo Final 31/12/2011
Pessoas Físicas	10.619	(8.631)	11.641	13.629
Cartão de Crédito	3.306	(3.558)	4.077	3.825
Crédito Pessoal	3.492	(2.959)	4.810	5.343
Veículos	3.709	(2.041)	2.747	4.415
Crédito Imobiliário	112	(73)	7	46
Grandes Empresas	1.071	(294)	(19)	758
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(7.001)	8.157	9.197
Unidades Externas América Latina	263	(233)	259	289
Total	19.994	(16.159)	20.038	23.873

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/03/2012	31/12/2011
Setor Público	4	1
Indústria e Comércio	6.081	6.266
Serviços	3.539	3.476
Setor Primário	279	273
Outros Setores	32	32
Pessoa Física	14.150	13.825
Total	24.085	23.873

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/03/2012						31/12/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	1.214	465	93.082	336	94.296	801	1.033	430	92.196	328	93.229	758
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	11.363	6.950	136.903	6.987	148.266	13.937	10.986	6.738	137.141	6.891	148.127	13.629
Cartão de Crédito	2.719	1.671	33.855	1.753	36.574	3.424	3.083	1.918	35.878	1.907	38.961	3.825
Crédito Pessoal	3.564	2.141	34.026	3.543	37.590	5.684	3.455	2.087	31.798	3.256	35.253	5.343
Veículos	4.947	3.114	54.564	1.671	59.511	4.785	4.329	2.707	56.134	1.708	60.463	4.415
Crédito Imobiliário	133	24	14.458	20	14.591	44	119	26	13.331	20	13.450	46
Micro/Pequenas e Médias Empresas	6.899	4.840	78.505	4.221	85.404	9.061	6.770	4.808	78.879	4.389	85.649	9.197
Unidades Externas América Latina	72	33	20.239	253	20.311	286	63	36	19.196	253	19.259	289
Total	19.548	12.288	328.729	11.797	348.277	24.085	18.852	12.012	327.412	11.861	346.264	23.873

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	31/03/2012		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	13.773	(1.135)	12.638
Até 1 ano	13.773	(1.135)	12.638
Não Circulante	16.216	(4.640)	11.576
Entre 1 e 5 anos	15.935	(4.583)	11.352
Acima de 5 anos	281	(57)	224
Total	29.989	(5.775)	24.214

	31/12/2011		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	15.244	(1.172)	14.072
Até 1 ano	15.244	(1.172)	14.072
Não Circulante	18.133	(5.361)	12.772
Entre 1 e 5 anos	17.901	(5.310)	12.591
Acima de 5 anos	232	(51)	181
Total	33.377	(6.533)	26.844

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 1.970 (R\$ 2.020 em 31/12/2011).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

Em 31/03/2012 o montante das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, onde a entidade reteve os riscos e benefícios em que os ativos financeiros objetos de cessão permaneceram registrados como operações de crédito é de R\$ 520.473, essas operações são compostas por operações de Crédito Imobiliário de R\$ 491.345 e Capital de Giro de R\$ 29.128. O valor recebido registrado na rubrica de Recursos de Mercados Interbancários como obrigações por operações vinculadas a cessão é de R\$ 520.589, sendo Crédito Imobiliário R\$ 491.298 e Capital de Giro R\$ 29.291.

NOTA 12 - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

a) Composição

	% de participação em 31/03/2012		31/03/2012				31/12/2011			31/03/2011		
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a) (b)	42,93	42,93	2.753	73	2.036	23	1.978	2.681	2.014	2.094	109	38
Banco BPI S.A. (a) (c) (d)	19,01	19,01	1.185	(368)	225	(69)	225	1.151	219	219	95	18
Serasa S.A. (e)	16,14	16,14	1.036	21	253	5	1.255	1.119	273	1.161	28	7
Outros (f)	-	-	-	-	39	1	-	-	38	-	-	2
Total	-	-	-	-	2.553	(40)	-	-	2.544	-	-	65

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 2012 a posição de 29/02/2012, conforme o IAS 27;

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 854 em 31 de março de 2012 e R\$ 862 em 31 de dezembro de 2011, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento;

(c) Em 31/03/2012 foi reconhecida uma redução ao valor recuperável deste investimento de R\$ 353;

(d) Investimento tratado por equivalência patrimonial em função da influência significativa exercida pelos membros da administração na gestão dos negócios;

(e) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detém 24% no capital votante da Serasa S.A.;

(f) Em 31/03/2012, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (30,06% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante); Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2011
Total de Ativos (*)	107.641	107.783	-
Total de Passivos (*)	102.667	102.831	-
Total de Receitas (*)	2.486	-	1.710
Total de Despesas (*)	(2.760)	-	(1.478)

(*) Representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de R\$ 103.529 (R\$ 103.696 em 31/12/2011) referente a Ativos, de R\$ 102.344 (R\$ 102.544 em 31/12/2011) referente a Passivos, de R\$ 2.392 (R\$ 1.573 em 31/03/2011) referente a Receitas e de R\$ 2.760 (R\$ 1.478 em 31/03/2011) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

NOTA 13 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 288 (R\$ 339 em 31/12/2011).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/03/2012	31/12/2011
Circulante	205	220
Até 1 ano	205	220
Não Circulante	83	120
De 1 a 5 anos	83	120
Total de pagamento mínimos futuros	288	340
Juros futuro	-	1
Valor Presente	288	339

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano eram os seguintes:

	31/03/2012	31/12/2011
Circulante	682	882
Até 1 ano	682	882
Não Circulante	3.312	3.131
De 1 a 5 anos	2.651	2.537
Mais de 5 anos	661	595
Total de Pagamento Mínimos Futuros	3.994	4.013

NOTA 14 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação	Saldo em 31/12/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/03/2012
			Aquisições	Despesa Depreciação	Redução ao valor recuperável	Baixas	Varição Cambial	Outros	
IMÓVEIS DE USO (2)		1.941	78	(22)	-	(173)	(6)	(37)	1.781
Terrenos		1.184	42	-	-	(167)	-	(17)	1.042
Edificações		757	36	(22)	-	(6)	(6)	(20)	739
Custo		2.340	36	-	-	(8)	(6)	(66)	2.296
Depreciação Acumulada	4	(1.583)	-	(22)	-	2	-	46	(1.557)
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		3.417	335	(289)	-	(20)	7	(4)	3.446
Benfeitorias		638	57	(64)	-	-	4	6	641
Custo		1.245	57	-	-	(93)	3	6	1.218
Depreciação Acumulada	10	(607)	-	(64)	-	93	1	-	(577)
Instalações de Uso		390	43	(15)	-	-	3	(8)	413
Custo		937	43	-	-	(4)	2	(11)	967
Depreciação Acumulada	10 a 20	(547)	-	(15)	-	4	1	3	(554)
Móveis e Equipamentos de Uso		488	26	(17)	-	(17)	(1)	(7)	472
Custo		848	26	-	-	(17)	(2)	(5)	850
Depreciação Acumulada	10 a 20	(360)	-	(17)	-	-	1	(2)	(378)
Sistema Processamento de Dados (3)		1.644	203	(179)	-	(3)	1	2	1.668
Custo		4.988	203	-	-	(35)	(3)	(2)	5.151
Depreciação Acumulada	20 a 50	(3.344)	-	(179)	-	32	4	4	(3.483)
Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)		257	6	(14)	-	-	-	3	252
Custo		548	6	-	-	(1)	2	3	558
Depreciação Acumulada	10 a 20	(291)	-	(14)	-	1	(2)	-	(306)
TOTAL IMOBILIZADO DE USO		5.358	413	(311)	-	(193)	1	(41)	5.227
Custo		12.090	413	-	-	(325)	(4)	(92)	12.082
Depreciação Acumulada		(6.732)	-	(311)	-	132	5	51	(6.855)

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado;

(2) Inclui o valor de R\$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 129, sendo de Imóveis de Uso R\$ 78, Benfeitorias R\$ 31 e Equipamentos R\$ 20;

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação	Saldo em 01/01/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2011
			Aquisições	Despesa Depreciação	Redução ao valor recuperável	Baixas	Variação Cambial	Outros	
IMÓVEIS DE USO (2)		1.844	248	(96)	-	(60)	(11)	16	1.941
Terrenos		1.045	167	-	-	(20)	2	(10)	1.184
Edificações		799	81	(96)	-	(40)	(13)	26	757
Custo		2.321	81	-	-	(67)	(11)	16	2.340
Depreciação Acumulada	4	(1.522)	-	(96)	-	27	(2)	10	(1.583)
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		2.957	1.655	(1.088)	(15)	(87)	17	(22)	3.417
Benfeitorias		626	229	(242)	-	(4)	(5)	34	638
Custo		1.116	229	-	-	(131)	(1)	32	1.245
Depreciação Acumulada	10	(490)	-	(242)	-	127	(4)	2	(607)
Instalações de Uso		267	179	(53)	-	(1)	8	(10)	390
Custo		770	179	-	-	(18)	5	1	937
Depreciação Acumulada	10 a 20	(503)	-	(53)	-	17	3	(11)	(547)
Móveis e Equipamentos de Uso		433	220	(63)	(15)	(21)	(19)	(47)	488
Custo		863	220	-	(15)	(165)	(13)	(42)	848
Depreciação Acumulada	10 a 20	(430)	-	(63)	-	144	(6)	(5)	(360)
Sistema Processamento de Dados (3)		1.404	942	(677)	-	(56)	28	3	1.644
Custo		4.746	942	-	-	(671)	39	(68)	4.988
Depreciação Acumulada	20 a 50	(3.342)	-	(677)	-	615	(11)	71	(3.344)
Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)		227	85	(53)	-	(5)	5	(2)	257
Custo		529	85	-	-	(66)	3	(3)	548
Depreciação Acumulada	10 a 20	(302)	-	(53)	-	61	2	1	(291)
TOTAL IMOBILIZADO DE USO		4.801	1.903	(1.184)	(15)	(147)	6	(6)	5.358
Custo		11.390	1.903	-	(15)	(1.138)	24	(74)	12.090
Depreciação Acumulada		(6.589)	-	(1.184)	-	991	(18)	68	(6.732)

(1) Há compromisso contratual para compra de Imobilizado no montante de R\$ 166.

(2) Inclui o valor de R\$ 2 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 131, sendo de Imóveis de Uso R\$ 56, Benfeitorias R\$ 51 e Equipamentos R\$ 24.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 15 - ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEL (1)	Período de amortização (2)	Saldo em 31/12/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/03/2012
			Aquisições	Despesa Amortização	Redução ao valor recuperável (3)	Distrato/Baixas	Variação Cambial	Outros	
DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO		751	74	(93)	-	-	-	-	732
Custo		1.648	74	-	-	(27)	-	-	1.695
Amortização Acumulada	Até 9	(897)	-	(93)	-	27	-	-	(963)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS		3.074	258	(109)	-	-	-	1	3.224
Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços									
Financeiros		1.289	-	(33)	-	-	1	6	1.263
Custo		1.400	-	-	-	(15)	2	3	1.390
Amortização Acumulada	Até 5	(111)	-	(33)	-	15	(1)	3	(127)
Gastos com Aquisição/Desenvolvimento de Software		1.338	257	(59)	-	-	6	-	1.542
Custo		2.133	257	-	-	(82)	2	15	2.325
Amortização Acumulada	20	(795)	-	(59)	-	82	4	(15)	(783)
Outros Ativos Intangíveis		447	1	(17)	-	-	(7)	(5)	419
Custo		621	1	-	-	-	(12)	(5)	605
Amortização Acumulada	10 a 20	(174)	-	(17)	-	-	5	-	(186)
TOTAL INTANGÍVEL		3.825	332	(202)	-	-	-	1	3.956
Custo		5.802	332	-	-	(124)	(8)	13	6.015
Amortização Acumulada		(1.977)	-	(202)	-	124	8	(12)	(2.059)

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

INTANGÍVEL (1)	Período de amortização (2)	Saldo em 01/01/2011	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2011
			Aquisições	Despesa Amortização	Redução ao valor recuperável (3)	Distrato/Baixas	Variação Cambial	Outros	
DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO		1.130	366	(603)	(24)	(112)	-	(6)	751
Custo		2.415	366	-	(24)	(1.097)	-	(12)	1.648
Amortização Acumulada	Até 9	(1.285)	-	(603)	-	985	-	6	(897)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS		1.804	1.606	(381)	(6)	(28)	28	51	3.074
Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros		1.115	318	(114)	(6)	(28)	1	3	1.289
Custo		1.171	318	-	(6)	(94)	1	10	1.400
Amortização Acumulada	Até 5	(56)	-	(114)	-	66	-	(7)	(111)
Gastos com Aquisição/Desenvolvimento de Software		532	981	(208)	-	-	10	23	1.338
Custo		1.327	981	-	-	(116)	16	(75)	2.133
Amortização Acumulada	20	(795)	-	(208)	-	116	(6)	98	(795)
Outros Ativos Intangíveis		157	307	(59)	-	-	17	25	447
Custo		271	307	-	-	(7)	25	25	621
Amortização Acumulada	10 a 20	(114)	-	(59)	-	7	(8)	-	(174)
TOTAL INTANGÍVEL		2.934	1.972	(984)	(30)	(140)	28	45	3.825
Custo		5.184	1.972	-	(30)	(1.314)	42	(52)	5.802
Amortização Acumulada		(2.250)	-	(984)	-	1.174	(14)	97	(1.977)

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4l.

NOTA 16 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	124.389	80.053	204.442	130.523	83.181	213.704
Depósitos a Prazo	47.845	79.540	127.385	61.560	82.909	144.469
Depósitos Interfinanceiros	8.056	513	8.569	1.793	272	2.065
Depósito de Poupança	68.488	-	68.488	67.170	-	67.170
Depósitos não Remunerados	26.903	-	26.903	28.932	-	28.932
Depósitos à Vista	26.903	-	26.903	28.932	-	28.932
Total	151.292	80.053	231.345	159.455	83.181	242.636

NOTA 17 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2012	31/12/2011
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		
Notas Estruturadas	736	2.815
Total	736	2.815

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ 2.079 (R\$ 1.480 em 31/12/2011).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/03/2012 e 31/12/2011.

O saldo é composto por ações no montante de R\$ 409 (R\$ 1.666 em 31/12/2011) e títulos de dívida no montante de R\$ 327 (R\$ 1.149 em 31/12/2011). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/03/2012	31/12/2011
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante	121	1.803
Até um ano	121	1.803
Não Circulante	615	1.012
De um a cinco anos	566	909
De cinco a dez anos	34	89
Após dez anos	15	14
Total	736	2.815

NOTA 18 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	94.405	105.399	199.804	78.408	107.005	185.413
Interbancário	46.710	43.140	89.850	47.265	43.233	90.498
Letras Hipotecárias	44	193	237	37	207	244
Letras de Crédito Imobiliário	14.935	1.815	16.750	14.470	1.281	15.751
Letras de Crédito do Agronegócio	1.287	2.188	3.475	1.422	1.862	3.284
Letras Financeiras	3.916	12.940	16.856	2.544	11.764	14.308
Financiamento à Importação e à Exportação	15.232	2.368	17.600	17.755	3.697	21.452
Repasses no país	11.296	23.636	34.932	11.037	24.422	35.459

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	50% CDI a 16,68%	0,37% a 5,28%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 112,75% CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	20% a 95% CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	0,20% a 105,25% CDI	0,86% a 11,75%
Repasses no País	0,50% a 10,50% TJLP	-

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 50% CDI a 16,68%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada (*)	13.459	32.242	45.701	10.719	28.996	39.715
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.065	-	1.065	1.039	-	1.039
Obrigações por TVM no Exterior	3.939	6.265	10.204	8.143	5.910	14.053
Total	18.463	38.507	56.970	19.901	34.906	54.807

(*) Em 31/03/2012, R\$ 39.997 (R\$ 38.257 em 31/12/2011) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI+ 0,35% a IPCA + 7,80%	3,04% a 6,20%
Obrigações por Emissão de Debêntures	CDI + 0,35	-
Obrigações por TVM no Exterior	1,40% a 9,50%	1,52% a 11,00%

NOTA 19 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros (1)	24.576	13.818	38.394	28.521	11.733	40.254
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	15.330	-	15.330	18.317	-	18.317
Operações de Seguros e Resseguros	3.529	-	3.529	3.590	-	3.590
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	657	12.577	13.234	2.211	10.632	12.843
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	673	-	673	601	-	601
Negociação e Intermediação de Valores	2.672	-	2.672	1.734	-	1.734
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31c)	182	554	736	195	431	626
Serviços Prestados a Receber	1.333	-	1.333	1.260	-	1.260
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais (2)	-	687	687	-	670	670
Carteira de Câmbio	-	-	-	268	-	268
Operações sem Características de Concessão de Crédito	200	-	200	345	-	345
Não Financeiros	5.829	1.569	7.398	5.872	1.485	7.357
Despesas Antecipadas	2.274	1.569	3.843	2.335	1.485	3.820
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28b e c)	1.820	-	1.820	1.785	-	1.785
Diversos no País	951	-	951	897	-	897
Diversos no Exterior	104	-	104	113	-	113
Outros	680	-	680	742	-	742

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até março/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/03/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	42.778	83	42.861	43.999	120	44.119
Operações com Cartões de Crédito	36.340	-	36.340	41.195	-	41.195
Carteira de Câmbio	272	-	272	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	5.439	-	5.439	2.504	-	2.504
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 13a)	205	83	288	219	120	339
Recursos de Consorciados	82	-	82	81	-	81
Outros	440	-	440	-	-	-
Não Financeiros	21.909	698	22.607	17.939	686	18.625
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.838	-	5.838	868	-	868
Credores Diversos no País	1.046	-	1.046	1.228	-	1.228
Recursos em Trânsito de Terceiros	7.907	-	7.907	6.092	-	6.092
Provisão para Pagamentos Diversos	1.553	593	2.146	1.574	570	2.144
Sociais e Estatutárias	1.371	35	1.406	2.891	85	2.976
Relativas a Operações de Seguros	887	-	887	914	-	914
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	495	-	495	1.507	-	1.507
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 28b e d)	298	41	339	343	31	374
Provisão de Pessoal	1.178	-	1.178	1.113	-	1.113
Provisão para Seguro Saúde	626	-	626	623	-	623
Rendas Antecipadas	548	-	548	570	-	570
Outros	162	29	191	216	-	216

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 4.570.936.100 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.400 ações ordinárias e 2.281.649.700 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 45.000 (R\$ 45.000 em 31/12/2011), sendo R\$ 31.280 (R\$ 31.552 em 31/12/2011) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 13.720 (R\$ 13.448 em 31/12/2011) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

31/03/2012				
	QUANTIDADE			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2010	2.286.135.621	918.287.035	3.204.422.656	
Residentes no Exterior em 31/12/2010	3.150.854	1.363.362.709	1.366.513.563	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	2.289.286.475	2.281.649.744	4.570.936.219	
Cancelamento de Ações - AGE de 25/04/2011 - Homologada em 22/08/2011	(75)	(44)	(119)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011 e 31/03/2012	2.289.286.400	2.281.649.700	4.570.936.100	
Residentes no País em 31/03/2012	2.283.053.623	894.261.675	3.177.315.298	
Residentes no Exterior em 31/03/2012	6.232.777	1.387.388.025	1.393.620.802	
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	2.100	57.293.971	57.296.071	(1.663)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(4.200.372)	(4.200.372)	101
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(2.262.523)	(2.262.523)	87
Ações em Tesouraria em 31/03/2012 (*)	2.100	50.831.076	50.833.176	(1.475)
Em Circulação em 31/03/2012	2.289.284.300	2.230.818.624	4.520.102.924	
Em Circulação em 31/12/2011	2.289.284.300	2.224.355.729	4.513.640.029	
31/12/2011				
	QUANTIDADE			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2010	2.286.135.621	918.287.035	3.204.422.656	
Residentes no Exterior em 31/12/2010	3.150.854	1.363.362.709	1.366.513.563	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	2.289.286.475	2.281.649.744	4.570.936.219	
Cancelamento de Ações - AGE de 25/04/2011 - Homologada em 22/08/2011	(75)	(44)	(119)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	2.289.286.400	2.281.649.700	4.570.936.100	
Residentes no País em 31/12/2011	2.283.888.835	921.023.218	3.204.912.053	
Residentes no Exterior em 31/12/2011	5.397.565	1.360.626.482	1.366.024.047	
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	2.202	26.566.015	26.568.217	(628)
Aquisições de Ações	-	40.970.900	40.970.900	(1.303)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações - Simples e Plano de Sócios	-	(5.977.962)	(5.977.962)	117
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	(27)	(4.264.938)	(4.264.965)	151
(-) Cancelamento de Ações - AGE 25/04/2011	(75)	(44)	(119)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	2.100	57.293.971	57.296.071	(1.663)
Em Circulação em 31/12/2011	2.289.284.300	2.224.355.729	4.513.640.029	
Em Circulação em 31/12/2010	2.289.284.273	2.255.083.729	4.544.368.002	

(*) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo, são discriminados os custos das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/03/2012	
	Ordinárias	Preferenciais
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	9,65	29,03
Valor de Mercado em 31/03/2012	30,30	34,93

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2011	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	26,20
Médio ponderado	-	31,79
Máximo	-	37,40
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	9,65	29,03
Valor de Mercado em 31/12/2011	27,01	33,99

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, e o pagamento é efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,012 por ação, sendo que, a partir do pagamento de abril de 2012 será elevado em 25% passando para R\$ 0,015 por ação, conforme Reunião do Conselho de Administração de 06/02/2012.

Em 13/03/2012 foram pagos Juros de Capital Próprio no montante de R\$ 1.847 – R\$ 0,4092 por ação que em 31/12/2011 estavam segregados no Patrimônio Líquido em Reserva Especial de Lucro (Reservas Integralizadas).

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/03/2012		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	108	-	108
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a março de 2012	108	-	108
Declarados até 31/03/2012 (Registrados em Outros Passivos)	634	(85)	549
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/04/2012	68	-	68
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,1252 por ação.	566	(85)	481
Total de 01/01 a 31/03/2012 - R\$ 0,1454 líquido por ação	742	(85)	657

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/03/2011		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	109	-	109
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a março de 2011	109	-	109
Declarados até 31/03/2011 (Registrados em Outros Passivos)	665	(92)	573
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,012 por ação, paga em 01/04/2011	54	-	54
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,1343 por ação	611	(92)	519
Total de 01/01 a 31/03/2011 - R\$ 0,1502 líquido por ação	774	(92)	682

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações.

d) Reservas Integralizadas

	31/03/2012	31/12/2011
RESERVAS DE CAPITAL (1)	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
RESERVAS DE LUCROS	24.171	23.994
Legal (2)	3.986	3.848
Estatutárias	20.185	18.299
Equalização de Dividendos (3)	4.111	3.751
Reforço do Capital de Giro (4)	5.796	5.257
Aumento de Capital de Empresas Participadas (5)	10.278	9.291
Especiais de Lucros (6)	-	1.847
Total das Reservas na Controladora	24.456	24.279

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31/12/2011.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

NOTA 21 - PLANO PARA OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

a) Objetivo e Diretrizes do Plano

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos, o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas, bem como funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

b) Características dos Programas

I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anterior à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos, e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e/ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas à variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem a fixação do referido preço.

As ações recebidas no fim do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data de concessão foi estimada para as ações adquiridas no exercício findo em 31/03/2012 - R\$ 36,00 por ação (R\$ 37,00 por ação em 31/03/2011).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING menos o preço à vista pago pelos beneficiários. O valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações foi de R\$ 51 em 31/03/2012 (R\$ 48 em 31/03/2011).

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Quantidade de Ações					
				Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Saldo Anterior 31/12/2011	Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	Saldo a Exercer em 31/03/2012	
Nº	Data										
Opções Simples											
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,96	18,94	36,90	937.275	-	125.375	-	811.900
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,96	-	-	11.357	-	-	-	11.357
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,20	28,20	38,19	6.854.365	-	1.573.235	-	5.281.130
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,20	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,07	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	37,27	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	37,23	-	-	29.518	-	-	29.518	-
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	46,35	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,56	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	32,74	32,70	38,42	21.083	-	21.083	-	-
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,91	35,91	38,32	7.732.975	-	344.650	37.675	7.350.650
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,91	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,91	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	37,30	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	37,26	-	-	29.514	-	-	-	29.514
Total de Opções a Exercer							16.812.534		2.064.343	143.094	14.605.097
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	46,35	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,05	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,40	-	-	9.266.066	-	-	105.187	9.160.879
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,40	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	41,40	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	46,35	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,07	27,06	37,29	14.114.940	-	925.520	-	13.189.420
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,07	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,98	-	-	6.052.223	-	-	-	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,98	-	-	1.163.919	-	-	14.426	1.149.493
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,96	-	-	9.769.432	-	-	35.942	9.733.490
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	42,96	-	-	-	15.383	-	-	15.383
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	32,13	-	-	-	15.097	-	-	15.097
Total de Opções em Aberto							40.559.264	30.480	925.520	155.555	39.508.669
Total de Opções Simples							57.371.798	30.480	2.989.863	298.649	54.113.766
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	39.906	-	-	39.906	-
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	46.710	-	-	46.710	-
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	719.023	-	681.490	37.533	-
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	79.446	-	79.446	-	-
Total de Opções a Exercer							885.085		760.936	124.149	-
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	309.508	-	-	-	309.508
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	388.432	-	-	-	388.432
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	339.632	-	-	-	339.632
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	329.711	-	-	3.368	326.343
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	449.442	-	-	1.804	447.638
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.862.409	-	-	33.825	1.828.584
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.558.584	-	-	18.431	1.540.153
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	704.604	-	-	2.374	702.230
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	509	-	-	-	509
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	706.397	-	-	16.782	689.615
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	1.583.044	-	2.843	1.580.201
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	69.156	-	3.108	66.048
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	338.923	-	-	-	338.923
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	329.152	-	-	3.367	325.785
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.858.518	-	-	33.825	1.824.693
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.557.215	-	-	18.430	1.538.785
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	508	-	-	-	508
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	706.338	-	-	16.780	689.558
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	1.582.979	-	2.843	1.580.136
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	69.151	-	3.107	66.044
Total de Opções em Aberto							11.588.230	3.304.330	-	160.887	14.731.673
Total Opções dos Sócios							12.473.315	3.304.330	760.936	285.036	14.731.673
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS							69.845.113	3.334.810	3.750.799	583.685	68.845.439

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2010	Quantidade de Ações			
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito(*)/ Cancelamentos	Saldo a Exercer em 31/03/2011
Opções Simples											
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,02	12,81	38,83	712.942	-	201.068	-	511.874
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	12.650	-	12.650	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,33	18,26	37,01	2.877.600	-	1.311.250	-	1.566.350
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,33	18,26	37,01	27.500	-	27.500	-	-
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,33	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	16.389	-	16.389	-	-
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,34	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,09	-	-	52.710	-	-	-	52.710
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,29	-	-	12.650	-	-	-	12.650
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,27	27,14	37,44	8.025.250	-	710.375	-	7.314.875
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,27	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,00	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,44	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,40	-	-	29.518	-	-	-	29.518
Total de Opções a Exercer					20,52	37,34	12.849.920	-	2.279.232	105.419	10.465.269
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,04	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,09	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,11	-	-	21.083	-	-	-	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,72	34,72	36,57	8.546.975	-	269.500	33.550	8.243.925
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,72	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	34,72	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,44	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,40	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,04	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	35,82	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	10.846.487	-	-	41.112	10.805.375
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,04	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,18	-	-	15.067.330	-	-	36.300	15.031.030
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,18	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,52	-	-	6.126.609	-	-	74.386	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,52	-	-	1.206.340	-	-	7.556	1.198.784
Total de Opções em Aberto					34,72	36,57	42.267.534	-	269.500	192.904	41.805.130
Total de Opções Simples					22,02	37,26	55.117.454	-	2.548.732	298.323	52.270.399
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
Total de Opções a Exercer					-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	490.624	-	-	5.359	485.265
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	-	740.362
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	4.436	324.745
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	4.799	411.131
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	-	376.916
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	-	359.991
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	5.358	484.768
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	-	1.940.987
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	-	1.585.541
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	-	739.608
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	-	376.876
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	-	359.962
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	-	1.940.951
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	-	1.585.497
Total de Opções em Aberto					-	-	8.789.308	3.171.038	-	19.952	11.940.394
Total Opções dos Sócios					-	37,22	9.205.795	3.171.038	376.581	19.952	11.980.300
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					22,02	37,25	64.323.249	3.171.038	2.925.313	318.275	64.250.699

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

Nº	Período de Carência		Saldo	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em
			Anterior				31/03/2012
			31/12/2011				
1ª	17/08/2010	16/08/2012	110.588	-	-	-	110.588
1ª	17/08/2010	16/08/2013	110.577	-	-	-	110.577
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	5.533	11.834	406.796
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	11.834	412.320
3ª	28/02/2011	27/02/2011	444.040	-	444.040	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2012	444.030	-	-	8.679	435.351
3ª	28/02/2011	27/02/2013	444.020	-	-	8.678	435.342
4ª	24/02/2012	24/02/2013	-	468.852	-	4.671	464.181
4ª	24/02/2012	24/02/2014	-	468.836	-	4.671	464.165
4ª	24/02/2012	24/02/2015	-	468.821	-	4.671	464.150
Total			2.429.941	1.406.509	449.573	55.038	3.331.839

Nº	Período de Carência		Saldo em	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em
			31/12/2010				31/03/2011
1ª	17/08/2010	16/08/2011	114.980	-	-	-	114.980
1ª	17/08/2010	16/08/2012	114.969	-	-	-	114.969
1ª	17/08/2010	16/08/2013	114.958	-	-	-	114.958
1ª	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	-	-	10.221
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	-	-	3.972
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	-	-	424.172
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	-	424.163
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	-	424.154
3ª	28/02/2011	27/02/2011	-	444.040	-	-	444.040
3ª	28/02/2011	27/02/2012	-	444.030	-	-	444.030
3ª	28/02/2011	27/02/2013	-	444.020	-	-	444.020
Total			1.659.958	1.332.090	-	-	2.992.048

c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as opções simples e Black&Scholes para as opções dos sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BMF&BOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BMF&BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga								
Nº	Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Opções Simples								
37 ^a	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	35,50	11,06	2,97%	5,25%	30,32%
38 ^a	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	35,50	11,57	2,97%	5,25%	30,32%
Opções dos Sócios (*)								
15 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
15 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
16 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
16 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01/ a 31/03/2012 foi de R\$ (40) (R\$ (34) de 01/01 a 31/03/2011), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

	31/03/2012	31/03/2011
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	167	135
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(188)	(120)
Efeito na Venda (*)	(21)	15

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

NOTA 22 - RECEITA E DESPESAS DE JUROS E RENDIMENTOS E GANHO (PERDA) LÍQUIDO COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.935	2.064
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	298	198
Aplicações em Mercado Aberto	2.866	2.406
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.382	3.180
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.056	820
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	77	126
Operações de Crédito	15.528	13.547
Outros Ativos Financeiros	207	253
Total	26.349	22.594

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Despesas de Operações Compromissadas	(5.174)	(4.768)
Depósitos	(3.783)	(3.540)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(1.774)	(1.190)
Recursos de Mercados Interbancários	(1.579)	(889)
Recursos de Mercados Institucionais	(1.061)	(615)
Outros	(12)	-
Total	(13.383)	(11.002)

c) Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, incluindo a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil	828	101
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	5	6
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	217	184
Total	1.050	291

NOTA 23 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Serviços de Contas Correntes	1.250	1.183
Taxas de Administração	511	500
Comissões de Cobrança	273	258
Comissões de Cartões de Crédito	2.004	1.688
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	283	339
Comissão de Corretagem	63	123
Outros	278	237
Total	4.662	4.328

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	12	45
Recuperação de Despesas	30	35
Reversão de Provisões	46	145
Outros	63	96
Total	151	321

NOTA 25 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Despesas de Pessoal	(3.451)	(3.217)
Remuneração	(1.565)	(1.304)
Encargos	(519)	(495)
Benefícios Sociais	(301)	(394)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria (Nota 28)	63	38
Benefício Definido	43	39
Contribuição Definida	20	(1)
Plano de Opções de Ações (Nota 20d)	(40)	(34)
Treinamento	(55)	(49)
Participações de Empregado nos Lucros	(633)	(723)
Desligamentos	(146)	(61)
Provisão Trabalhista (Nota 31)	(255)	(195)
Despesas Administrativas	(3.062)	(2.885)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(870)	(824)
Serviços de Terceiros	(768)	(677)
Instalações	(235)	(184)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(189)	(219)
Despesas de Aluguéis	(241)	(220)
Transportes	(131)	(139)
Materiais	(116)	(108)
Despesas com Serviços Financeiros	(116)	(135)
Segurança	(133)	(121)
Concessionárias de Serviços Públicos	(78)	(81)
Despesas de Viagem	(39)	(40)
Outros	(146)	(137)
Depreciação	(311)	(282)
Amortização	(202)	(241)
Despesas de Comercialização de Seguros	(280)	(292)
Outras Despesas	(1.614)	(1.706)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(433)	(492)
Reembolso relativo à Aquisições	(11)	(90)
Perdas com fraudes com Terceiros	(191)	(155)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(19)	(34)
Liquidação de Contingências	(151)	(253)
Provisões Cíveis (Nota 31)	(489)	(364)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(42)	(113)
Ressarcimento de custos interbancários	(52)	(46)
Outros	(226)	(159)
Total	(8.920)	(8.623)

NOTA 26 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um tributo sobre o lucro adicional ao imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas Demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.333	5.374
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(2.133)	(2.150)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	279	404
Resultado de Participação sobre o Lucro abrangente de Empresas não Consolidadas, líquido	10	17
Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior	(269)	(162)
Juros sobre o Capital Próprio	465	418
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa	48	71
Outras	25	60
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.854)	(1.746)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização/ Reversão	Constituição	31/03/2012
Refletido no Resultado	28.466	(4.363)	4.238	28.341
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	4.188	(368)	273	4.093
Créditos de Liquidação Duvidosa	12.889	(1.188)	1.952	13.653
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Derivativos	302	(527)	293	68
Ágio na Aquisição do Investimento	4.261	(902)	501	3.860
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.417	(375)	-	1.042
Provisões para Passivos Contingentes	2.766	(67)	609	3.308
Ações Cíveis	1.185	(39)	91	1.237
Ações Trabalhistas	984	(26)	61	1.019
Fiscais e Previdenciárias	577	-	456	1.033
Outros	20	-	-	20
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	11	-	1	12
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	249	-	1	250
Outros	2.383	(936)	608	2.055
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	344	-	52	396
Total (*)	28.810	(4.363)	4.290	28.737

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 22.532 (R\$ 22.745 em 31/12/2011) e R\$ 3.406 (R\$ 4.319 em 31/12/2011).

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2012
Refletido no Resultado	9.885	(1.368)	511	9.028
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	7.560	(926)	-	6.634
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	78	-	106	184
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	83	(42)	-	41
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	175	(174)	153	154
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	806	(28)	66	844
Planos de Pensão	594	-	44	638
Outros	589	(198)	142	533
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	499	-	84	583
Total (*)	10.384	(1.368)	595	9.611

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 22.532 (R\$ 22.745 em 31/12/2011) e R\$ 3.406 (R\$ 4.319 em 31/12/2011).

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2012, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2012	8.786	997	9.783	(2.478)	7.305
2013	4.946	1.160	6.106	(2.457)	3.649
2014	4.004	1.091	5.095	(2.066)	3.029
2015	2.312	724	3.036	(860)	2.176
2016	1.889	53	1.942	(672)	1.270
Acima de 2016	2.707	68	2.775	(1.078)	1.697
Total	24.644	4.093	28.737	(9.611)	19.126
Valor Presente (*)	21.830	3.705	25.535	(8.455)	17.080

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

NOTA 27 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Lucro Líquido	3.285	3.472
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os estatutos	(49)	(50)
Subtotal	3.236	3.422
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(50)	(50)
Subtotal	3.186	3.372
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	1.615	1.698
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.571	1.675
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.665	1.748
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.620	1.725
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.289.284.300	2.289.284.273
Ações Preferenciais	2.227.800.664	2.257.961.948
Lucro por Ação - Básico - R\$		
Ações Ordinárias	0,73	0,76
Ações Preferenciais	0,73	0,76

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.620	1.725
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	5	4
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	1.625	1.729
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.665	1.748
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	(5)	(4)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	1.660	1.744
Media Ponderada Ajustada de Ações		
Ações Ordinárias	2.289.284.300	2.289.284.273
Ações Preferenciais	2.241.526.859	2.270.192.545
Ações Preferenciais	2.227.800.664	2.257.961.948
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	13.726.195	12.230.597
Lucro por Ação Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,73	0,76
Ações Preferenciais	0,73	0,76

O efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Plano de Opções de Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 8.197.646 ações preferenciais em 31/03/2012 e 4.352.885 ações preferenciais em 31/03/2011.

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do IAS 19, são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, e aos procedimentos contábeis adotados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os funcionários contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

a) Descrição dos Planos

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaubanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano de Benefícios Prebeg (1) Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3) (4)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido.

(2) Plano de modalidade de contribuição variável.

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

(4) O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Esse plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal, e adicionalmente a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos.

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2012	31/03/2011
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,32% a.a.	12,32% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (2)	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (3)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(2) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a qual resultou em média 2,4 % a.a. na experiência 2008/2010.

(3) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, por meio da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	Meta 2012
Títulos de Renda Fixa	10.582	10.341	88,37%	87,84%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.013	1.051	8,46%	8,93%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	14	14	0,12%	0,12%	0% a 10%
Imóveis	342	344	2,86%	2,92%	0% a 6%
Empréstimos a participantes	23	23	0,19%	0,20%	0% a 5%
Total	11.974	11.773	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Plano de Benefício Definido incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta com um valor justo de R\$ 528 (R\$ 531 em 31/12/2011), e imóveis alugados a empresas do conglomerado com um valor justo de R\$ 296 (R\$ 298 em 31/12/2011).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas expectativas conservadoras de retorno anual para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	31/03/2012	31/12/2011
1- Ativos Líquidos dos Planos	11.974	11.773
2- Passivos Atuariais	(10.517)	(10.413)
3- Superveniência (1-2)	1.457	1.360
4- Restrição do Ativo (*)	(1.310)	(1.263)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	147	97
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 19a)	357	342
Valor Reconhecido no Passivo	(210)	(245)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquidos dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	31/03/2012			31/12/2011		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	11.773	(10.413)	1.360	11.229	(9.871)	1.358
Inclusão do Plano CD Itaú	-	-	-	12	(13)	(1)
Efeitos Cisão Parcial Redecard (1)	-	-	-	(44)	42	(2)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	326	-	326	1.342	-	1.342
Custo Serviço Corrente	-	(22)	(22)	-	(91)	(91)
Custo dos Juros	-	(246)	(246)	-	(930)	(930)
Benefícios Pagos	(164)	164	-	(601)	601	-
Contribuições Patrocinadora	7	-	7	42	-	42
Contribuições Participantes	4	-	4	9	-	9
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	28	-	28	(216)	(151)	(367)
Valor Presente Final do Período	11.974	(10.517)	1.457	11.773	(10.413)	1.360

(1) Durante o exercício de 2011, foi realizado um processo de migração dos participantes do Plano de Aposentadoria Redecard, estruturado na modalidade de benefício definido, para o Plano de Previdência Redecard, estruturado na modalidade de contribuição definida. Para os participantes que migraram para o Plano de Previdência Redecard, a acumulação do benefício futuro passa a ser feita na forma de contribuição definida, não havendo, portanto, substituição por um benefício de mesma natureza.

(2) Os ganhos/ perdas apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo da taxa de retorno esperado nos ativos.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 354 (R\$ 1.126 em 31/12/2011).

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	31/03/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ativo Líquidos dos Planos	11.974	11.773	11.229	14.817	12.493
Passivos Atuariais	(10.517)	(10.413)	(9.871)	(11.234)	(11.264)
Superveniência	1.457	1.360	1.358	3.583	1.229
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	28	(216)	703	1.067	(979)
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	-	(151)	(886)	162	(823)

Os números relativos aos anos 2007 a 2009, determinados com base nas normas brasileiras equivalentes ao IAS 19, são apresentados somente para efeitos de evolução, tendo em vista que em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1 o reconhecimento dos ativos, dos passivos e dos ganhos e perdas foi efetuado em 01/01/2010.

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período

O total das Despesas reconhecidas nos Planos de Benefícios Definidos inclui os seguintes componentes para:

	31/03/2012	31/03/2011
Custo do Serviço Corrente	(22)	(24)
Custo de Juros	(246)	(235)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	326	337
Efeito na restrição do Ativo	(47)	(41)
Ganho/(Perda) no Exercício	28	-
Contribuições de Participantes	4	2
Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período	43	39

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 7 (R\$ 6 de 01/01 a 31/03/2011). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2012, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 39.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	646
2013	673
2014	697
2015	721
2016	746
2017 a 2021	4.119

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido no ativo é de R\$ 1.463 (R\$ 1.443 de 01/01 a 31/12/2011) (Nota 19a).

O total das receitas reconhecidas nos Planos de Contribuição Definida inclui os seguintes componentes para:

	31/03/2012	31/03/2011
Aportes/Contribuições	(47)	(24)
Ganho/Perda Atuarial	67	(61)
Efeito na Restrição do Ativo	-	84
Total das Receitas reconhecidas no Resultado do Período	20	(1)

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e as perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 60 (R\$ 35 em 31/03/2011), sendo R\$ 47 (R\$ 24 em 31/03/2011) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

	31/03/2012	31/12/2011
No Início do Período	(120)	(105)
Custo de Juros	(3)	(10)
Benefícios Pagos	2	6
Perda Atuarial	-	(11)
No Final do Período	(121)	(120)

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e as perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e as perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	6
2013	7
2014	7
2015	8
2016	8
2017 a 2021	50

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	2	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	17	(14)

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos envolve os seguintes passos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica.
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança.
- Parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novos processos de implementações.
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência privada, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para comercialização também são requeridas. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada contrato. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de despesas administrativas, operacionais e de comercialização, onde as despesas administrativas, partindo da contabilização por centros de custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas operacionais e de comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes, visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	88,4	87,1	1,4	0,8
Vida em Grupo	41,9	39,1	10,5	5,1
Compreensivo Empresarial	42,7	30,8	17,1	18,0
Prestamista	20,9	23,0	21,0	24,2
Extensão de Garantia - Patrimonial	20,0	16,5	65,1	46,2
Acidentes Pessoais Coletivo	6,9	7,5	33,6	47,7
Riscos Nomeados e Operacionais	85,2	69,4	1,7	8,1
Riscos de Petróleo	7,5	5,7	11,9	8,8
Riscos Diversos	8,0	5,7	54,6	60,5

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação de ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
VGBL	3.100	2.140	-	-	3.100	2.140
PGBL	356	341	-	-	356	341
Extensão de Garantia - Patrimonial	343	346	-	-	343	346
Vida em Grupo	328	285	(14)	(3)	314	282
Acidentes Pessoais Coletivo	160	148	-	-	160	148
DPVAT	124	98	-	-	124	98
Prestamista	108	103	-	-	108	103
Riscos Nomeados e Operacionais	71	67	(50)	(39)	21	28
Riscos de Petróleo	63	94	(52)	(80)	11	14
Riscos Diversos	45	40	(1)	(1)	44	39
Compreensivo Empresarial	44	35	(9)	(5)	35	30
Riscos de Engenharia	36	15	(31)	(10)	5	5
Tradicional	87	70	-	-	87	70
Demais Ramos	333	294	(68)	(69)	265	225
	5.198	4.076	(225)	(207)	4.973	3.869

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.
- **Outras Provisões** - Constituída basicamente pela provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro garantia estendida e o cálculo é efetuado durante o prazo compreendido entre a data de início de vigência do contrato e a data de início da cobertura do risco, sendo que o valor a ser constituído deverá ser igual ao prêmio comercial retido.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão e Pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada atuariamente a insuficiência de prêmios ou contribuições.
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a provisão para despesas administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica resgates e/ou outros valores a regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III – Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

	31/03/2012				31/12/2011			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	7.609	20.893	42.402	70.904	5.527	18.296	33.041	56.864
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	1.643	416	3.078	5.137	16.681	1.706	9.936	28.323
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(1.604)	-	-	(1.604)	(15.694)	-	-	(15.694)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(513)	(28)	(1)	(542)	(1.508)	(103)	(6)	(1.617)
(+) Sinistros Avisados	497	-	-	497	2.020	-	-	2.020
(-) Resgates	(1)	(261)	(1.069)	(1.331)	(152)	(917)	(3.745)	(4.814)
(+/-) Portabilidades líquidas	-	100	13	113	(115)	152	(14)	23
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	-	533	1.191	1.724	1	1.658	3.362	5.021
(+/-) Outras (constituição/reversão)	71	6	(1)	76	849	101	(172)	778
Provisão de Seguros e Previdência Privada	7.702	21.659	45.613	74.974	7.609	20.893	42.402	70.904

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		TOTAL	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	29	17	65.900	61.953	65.929	61.970
Prêmios não Ganhos	3.061	3.026	-	-	3.061	3.026
Sinistros a Liquidar (*)	2.245	2.297	-	-	2.245	2.297
IBNR (*)	759	712	11	10	769	722
Insuficiência de Prêmios	327	313	-	-	327	313
Insuficiência de Contribuição	-	-	700	692	700	692
Excedente Financeiro	2	2	497	475	498	477
Outras (Nota 29c I)	1.281	1.242	165	165	1.446	1.407
Total	7.702	7.609	67.272	63.295	74.974	70.904

(*) A provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR está demonstrada na nota 29e.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

	Seguro
Saldo em 01/01/2012	2.064
Constituições	25
Amortizações	(19)
Saldo em 31/03/2012	2.070
Saldo a amortizar até 12 meses	1.514
Saldo a amortizar após 12 meses	556
Saldo em 01/01/2011	1.649
Constituições	583
Amortizações	(168)
Saldo em 31/12/2011	2.064
Saldo a amortizar até 12 meses	1.495
Saldo a amortizar após 12 meses	569

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na nota 29l.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela abaixo ilustra como estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço de 31/12/2011.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento anual de 31/12/2011:

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	2.574
Operações DPVAT	282
Retrocessão e Outras Estimativas	163
Total da Provisão (*)	3.019

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	Total
No final do ano de divulgação	1.030	1.906	2.137	1.768	1.530	1.890	1.771	
1 ano depois	1.030	1.963	2.140	1.787	1.590	2.031	-	
2 anos depois	1.037	2.036	2.206	1.778	1.606	-	-	
3 anos depois	1.046	2.059	2.212	1.739	-	-	-	
4 anos depois	1.056	2.052	2.201	-	-	-	-	
5 anos depois	1.056	2.036	-	-	-	-	-	
6 anos depois	1.052	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	1.052	2.036	2.201	1.739	1.606	2.031	1.771	12.436
Pagamentos acumulados até a data base	1.006	1.964	2.078	1.584	1.319	1.404	852	10.207
Passivo reconhecido no balanço	46	72	123	155	287	627	919	2.229
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								345
Total do passivo incluso no balanço								2.574

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e não Avisados	
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	1.245
Operações DPVAT	282
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas	1.492
Total da Provisão (*)	3.019

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar e IBNR.

Data de Ocorrência	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	Total
No final do ano de divulgação	808	865	1.027	1.157	1.197	1.269	1.311	
1 ano depois	808	899	1.044	1.164	1.188	1.180	-	
2 anos depois	813	921	1.063	1.161	1.190	-	-	
3 anos depois	820	929	1.071	1.157	-	-	-	
4 anos depois	829	928	1.076	-	-	-	-	
5 anos depois	827	932	-	-	-	-	-	
6 anos depois	834	-	-	-	-	-	-	
Estimativa corrente	834	932	1.076	1.157	1.190	1.180	1.311	7.680
Pagamentos acumulados até a data base	796	879	1.002	1.062	1.084	1.029	743	6.595
Passivo reconhecido no balanço	38	53	74	95	106	151	568	1.085
Passivo em relação a anos anteriores a 2005								160
Total do passivo incluso no balanço								1.245

Os valores apresentados nas tabelas, expressam a posição de 31/12/2011, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente. As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguro são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso, em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

As premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos estão alinhados à legislação vigente.
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *chain ladder* com periodicidade trimestral.
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes.
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência em quaisquer dos exercícios apresentados.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 10 bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 10 bp na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	31/03/2012			31/03/2011		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS						
Extensão de Garantia	343	343	100,0	346	346	100,0
Prestamista	108	108	100,0	114	103	90,4
DPVAT	124	124	100,0	98	98	100,0
Riscos Diversos	45	44	97,8	40	39	97,5
PESSOAS						
Vida em Grupo	328	314	95,7	285	282	98,9
Acidentes Pessoais Coletivo	160	160	100,0	148	148	100,0
Acidentes Pessoais Individual	26	26	100,0	21	21	100,0
Vida Individual	5	5	100,0	5	5	100,0
GRANDES RISCOS						
Riscos Nomeados e Operacionais	71	21	29,6	67	28	41,8
Riscos de Petróleo	63	11	17,5	94	14	14,9
Riscos de Engenharia	36	5	13,9	15	5	33,3

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que aborem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos órgãos reguladores brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de provisões e reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalha em conjunto com o gestor de investimentos para assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de *Asset Liability Management* para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de limites é estabelecida e aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos (Nota 35);
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*): em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Classe	31/03/2012		31/12/2011	
	Saldo Contábil	DV01 (R\$ Mil)	Saldo Contábil	DV01 (R\$ Mil)
Título Público				
NTN-C	2.029,9	(2,1)	2.766,0	(2,7)
NTN-B	795,4	(1,1)	1.400,0	(1,3)
NTN-F	6,7	(0,0)	28,0	-
LTN	147,4	(0,0)	-	-
Derivativos	(128,8)	(0,0)	-	-
Título privado				
Indexado a IGPM	105,7	(0,0)	141,0	-
Indexado a IPCA	203,4	(0,1)	224,0	(0,2)
Indexado a PRE	61,0	(0,0)	93,0	-
Ativos pós-fixados	3.755,6		5.607,0	
Compromissadas Over	3.039,2		6.433,0	
Total	10.015,3	(3,4)	16.692,0	(4,2)

A coluna DV01 é o impacto para o movimento de +0,01% (1 ponto-base) na taxa do indexador. No caso, como as posições são ativas, o impacto positivo na taxa contribui negativamente para o resultado.

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	31/03/2012		31/12/2011		Ativo	31/03/2012		31/12/2011	
	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)		Valor	DU (*)	Valor	DU (*)
Provisão Técnica					Ativo Garantidor				
PPNG, PPNG-RVNE, PCP e OPT (1)	1.729	12	1.690	12	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.729	5	1.690	7
Provisão de Insuficiência de Prêmio	245	187	233	187	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	245	6	233	7
IBNR e Provisões de Sinistros a Liquidar (2)	1.275	19	1.401	19	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.275	5	1.401	7
Outras Provisões	310	-	303	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	310	-	303	-
Subtotal	3.559		3.627		Subtotal	3.559		3.627	
Provisões									
Despesas Administrativas	45	125	43	125	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	45	8	43	7
Matemática de Benefícios Concedidos	997	126	977	126	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	997	124	977	124
Matemática de Benefícios a Conceder-PGGBL/VGBL	61.524	109	57.626	109	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures (3)	61.524	8	57.626	8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	3.395	116	3.365	116	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.395	109	3.365	109
Insuficiência de Contribuição	700	109	692	109	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	700	109	692	109
Excedente Financeiro	498	109	477	109	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	498	109	477	109
Subtotal	67.159		63.180		Subtotal	67.159		63.180	
Total Reservas Técnicas	70.718		66.807		Total Ativos Garantidores	70.718		66.807	

(*) DU = Duration em meses

(1) Valor Líquido de Direito Creditório

(2) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB

(3) Desconsidera as reservas de PGGBL / VGBL alocadas em renda variável

Risco de Crédito

Nas operações de resseguro, a política interna proíbe a concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detém a maior parcela de nossas operações não excede 32,72% do total. Observamos também as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, com relação à “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standard & Poor's	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual (sendo as duas últimas respectivamente resseguradoras com ou sem escritório de representação no Brasil). A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito de preferência para as empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	214	176	313	106
Contratos Emitidos	-	-	209	926
Sinistros a Recuperar	(38)	52	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	23	32	(177)	(751)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(4)	32
Outras Constituições / Reversões	(1)	(46)	-	-
Saldo Final	198	214	341	313

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/03/2012	31/12/2011
Sinistros de Resseguros	1.294	1.394
Prêmios de Resseguros	513	535
Comissão de Resseguros	(58)	(58)
Saldo Final	1.749	1.871

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/03/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	1.394	1.185
Sinistros Avisados	105	615
Sinistros Pagos	(207)	(101)
Outras Constituições / Reversões	2	(305)
Saldo Final	1.294	1.394

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/03/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	535	404
Constituições	201	814
Reversões	(224)	(683)
Saldo Final	512	535

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/03/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	(58)	(59)
Constituições	(14)	(50)
Reversões	14	51
Saldo Final	(58)	(58)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do Mercado Segurador, divulgou em 06/12/2010 a resolução CNSP nº 227 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e pela circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e de previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimentos do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Individual Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido em R\$ 714 (R\$ 2.049 em 31/12/2011) na Itaú Seguros S.A e R\$ 400 (R\$ 1.565 em 31/12/2011) na Itaú Vida e Previdência S.A..

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	86.169	86.169	108.721	108.721
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.299	24.335	27.821	27.849
Aplicações no Mercado Aberto	122.819	122.819	92.248	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	120.064	120.064	121.889	121.889
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	189	189	186	186
Derivativos (*)	8.842	8.842	8.754	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	55.005	55.005	47.510	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.010	3.795	3.105	3.713
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	324.192	325.199	322.391	323.021
Outros Ativos Financeiros	38.394	38.394	40.254	40.254
Passivos Financeiros				
Depósitos	231.345	231.262	242.636	242.554
Captação no Mercado Aberto	199.804	199.804	185.413	185.413
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	736	736	2.815	2.815
Derivativos (*)	7.547	7.547	6.747	6.747
Recursos de Mercados Interbancários	89.850	89.756	90.498	90.350
Recursos de Mercados Institucionais	56.970	56.642	54.807	54.807
Passivos de Planos de Capitalização	2.856	2.856	2.838	2.838
Outros Passivos Financeiros	42.861	42.861	44.119	44.119

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota35) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (standby) e Garantias Prestadas totaliza R\$ 53.150 (R\$ 51.530 em 31/12/2011) com o valor justo estimado R\$ 690 (R\$ 695 em 31/12/2011).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- Swaps: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps;

- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais, Passivos de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros

Sendo que para os:

- **Passivos Financeiros não remunerados (á vista)** - O valor justo dos depósitos à vista é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros oferecida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto (*standby*) e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos/passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros passivos, conforme descrito na Nota 2.4g e apresentado nas Notas 07. Consulte as Notas 07 e 30 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade

observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de precificação em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I, NTN-A1 CRIs e TDA com vencimentos após 2025 e CVS), notas promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2012 e 31/12/2011 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/03/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	95.828	23.992	244	120.064	100.041	21.558	290	121.889
Fundos de investimento	-	1.381	-	1.381	-	1.339	-	1.339
Títulos públicos do governo brasileiro	89.275	193	-	89.468	93.727	187	-	93.914
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	844	-	-	844	910	-	-	910
Títulos públicos - outros países	1.126	96	-	1.222	722	80	-	802
Argentina	170	-	-	170	225	-	-	225
Estados Unidos	590	-	-	590	292	-	-	292
México	359	-	-	359	205	-	-	205
Chile	-	70	-	70	-	50	-	50
Uruguai	-	25	-	25	-	27	-	27
Outros	7	1	-	8	-	3	-	3
Títulos de empresas	4.583	22.322	244	27.149	4.682	19.952	290	24.924
Ações negociáveis	2.529	-	-	2.529	2.241	56	-	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	23	-	23	-	24	-	24
Certificado de Depósito Bancário	-	6.431	-	6.431	-	7.820	-	7.820
Debêntures	2.054	1.433	-	3.487	2.434	1.092	-	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.567	-	1.567	7	1.424	-	1.431
Notas Promissórias	-	-	244	244	-	-	290	290
Letras Financeiras	-	12.135	-	12.135	-	8.973	-	8.973
Outros	-	733	-	733	-	563	-	563
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	26.011	27.275	1.719	55.005	20.988	24.926	1.596	47.510
Fundos de investimento	-	755	-	755	-	806	-	806
Títulos públicos do governo brasileiro	12.404	34	257	12.695	12.120	45	259	12.424
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	8.856	-	-	8.856	5.906	-	-	5.906
Títulos públicos - outros países	267	5.541	-	5.808	11	4.306	-	4.317
Estados Unidos	241	-	-	241	-	-	-	-
Dinamarca	-	1.790	-	1.790	-	1.949	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	-	418	-	418
Coreia	-	1.640	-	1.640	-	295	-	295
México	-	-	-	-	11	-	-	11
Chile	-	1.593	-	1.593	-	995	-	995
Paraguai	-	329	-	329	-	344	-	344
Uruguai	-	164	-	164	-	268	-	268
Outros	26	25	-	51	-	37	-	37
Títulos de empresas	4.484	20.945	1.462	26.891	2.951	19.769	1.337	24.057
Ações negociáveis	1.852	2.060	-	3.912	808	3.170	-	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.430	968	8.398	-	7.323	691	8.014
Certificado de Depósito Bancário	-	300	-	300	-	274	-	274
Debêntures	2.632	5.765	-	8.397	2.103	5.133	-	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	-	4.266	-	4.266	40	3.598	-	3.638
Notas Promissórias	-	-	494	494	-	-	646	646
Letras Financeiras	-	773	-	773	-	-	-	-
Outros	-	351	-	351	-	271	-	271
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	189	-	189	-	186	-	186
Títulos públicos do governo brasileiro	-	189	-	189	-	186	-	186
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	736	-	736	-	2.815	-	2.815
Notas Estruturadas	-	736	-	736	-	2.815	-	2.815

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2012 e 31/12/2011 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/03/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	-	8.524	318	8.842	17	7.832	905	8.754
Opções	-	1.204	169	1.373	-	1.755	688	2.443
Termo	-	3.696	2	3.698	-	2.326	4	2.330
Swaps - Diferencial a Receber	-	2.647	15	2.662	-	2.732	18	2.750
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	4	-	4
Verificação de Swap	-	3	-	3	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	777	-	777	-	399	-	399
Futuros	-	-	-	-	17	9	-	26
Outros Derivativos	-	197	132	329	-	607	195	802
Derivativos - Passivo	(15)	(7.356)	(176)	(7.547)	-	(6.047)	(700)	(6.747)
Opções	-	(1.417)	(150)	(1.567)	-	(1.930)	(676)	(2.606)
Termo	-	(2.829)	(10)	(2.839)	-	(1.136)	(8)	(1.144)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(2.915)	(11)	(2.926)	-	(2.782)	(16)	(2.798)
Swap c/ Verificação	-	(2)	-	(2)	-	-	-	-
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Derivativos de Crédito	-	(103)	-	(103)	-	(110)	-	(110)
Futuros	(15)	(5)	(5)	(25)	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	(85)	-	(85)	-	(87)	-	(87)

Mensurações de Valor Justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no nível 3 da hierarquia do valor justo.

Distribuição dos Níveis

	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/03/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	290	7	-	(53)	-	244	-
Títulos de empresas	290	7	-	(53)	-	244	-
Notas Promissórias	290	7	-	(53)	-	244	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.596	56	234	(167)	-	1.719	-
Títulos públicos do governo brasileiro	259	(2)	-	-	-	257	-
Títulos de empresas	1.337	58	234	(167)	-	1.462	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	43	234	-	-	968	-
Notas Promissórias	646	15	-	(167)	-	494	-

	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/03/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	905	(29)	110	(668)	-	318	-
Opções	688	48	94	(661)	-	169	-
Swaps - Diferencial a Receber	18	-	2	(5)	-	15	-
Termo	4	-	-	(2)	-	2	-
Outros Derivativos	195	(77)	14	-	-	132	-
Derivativos - Passivo	(700)	17	(87)	594	-	(176)	-
Opções	(676)	38	(78)	566	-	(150)	-
Termo	(8)	-	(3)	1	-	(10)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(16)	-	-	5	-	(11)	-
Futuros	-	(21)	(6)	22	-	(5)	-

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Títulos de empresas	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	85	562	(804)	-	-	-
Notas Promissórias	-	3	697	(410)	-	290	-
Outros	2	1	163	(177)	11	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	767	3.217	(3.530)	(505)	1.596	266
Títulos públicos do governo brasileiro	320	-	38	(64)	(35)	259	(100)
Títulos de empresas	1.327	767	3.179	(3.466)	(470)	1.337	366
Ações Negociáveis	-	-	227	-	(227)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	686	1.125	(1.103)	(79)	691	366
Notas Promissórias	1.265	78	1.666	(2.363)	-	646	-
Outros	-	3	161	-	(164)	-	-

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras e emissões	Liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	811	835	(1.226)	-	905	(93)
Opções	56	89	690	(147)	-	688	(63)
Swaps - Diferencial a Receber	5	(15)	28	-	-	18	3
Termo	-	-	4	-	-	4	-
Derivativos de Crédito	261	57	104	(422)	-	-	-
Outros Derivativos	163	680	9	(657)	-	195	(33)
Derivativos - Passivo	(335)	130	(166)	(329)	-	(700)	(316)
Opções	(188)	82	(110)	(460)	-	(676)	(302)
Termo	-	-	(8)	-	-	(8)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(13)	(16)	19	-	(16)	(14)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	69	-	-	-
Futuros	(9)	6	(27)	30	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos - CDS indexadas a Ações.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/03/2012 e 31/12/2011.

Houve transferências de Nível 3 para Nível 2, devido ao alongamento das curvas verificadas no mercado.

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas de avaliação que incorporam premissas não evidenciadas por preços de transações correntes em mercados ativos. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares (volatilidades decorrentes da ausência de linearidade entre os preços dos derivativos e dos ativos-objeto):

(Valores em milhões de R\$)

Sensibilidade - Operações Nível III		31/03/2012	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,0)	(0,9)
	II	(0,4)	(20,0)
	III	(0,7)	(39,3)
Moedas, Commodities e Índices	I	(1,1)	-
	II	(2,8)	-
Não Lineares	I	(28,4)	-
	II	(63,1)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

NOTA 31 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Provisões	31/03/2012	31/12/2011
Cíveis	3.295	3.166
Trabalhistas	4.115	4.014
Fiscais e Previdenciárias	8.994	8.645
Outros	169	165
Total	16.573	15.990
Circulante	1.091	3.140
Não Circulante	15.482	12.850

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF) é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) recentemente foi decidido que o prazo para a propositura de ações cíveis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 826 (R\$ 603 em 31/12/2011), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- **Ações Trabalhistas**

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não há contingências de ações trabalhistas não incluídas no balanço.

- **Outros Riscos**

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/03/2012			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.166	4.014	165	7.345
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(137)	(930)	-	(1.067)
Subtotal	3.029	3.084	165	6.278
Atualização/Encargos (Nota 25)	40	28	-	68
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 25)	<u>449</u>	<u>227</u>	<u>4</u>	<u>680</u>
Constituição (*)	549	239	5	793
Reversão	(100)	(12)	(1)	(113)
Pagamento	(364)	(145)	-	(509)
Subtotal	3.154	3.194	169	6.517
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	141	921	-	1.062
Saldo Final	3.295	4.115	169	7.579
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2012 (Nota 19a)	1.988	2.435	-	4.423

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 95.

	01/01 a 31/03/2011			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	2.974	3.986	173	7.133
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(309)	(1.113)	-	(1.422)
Subtotal	2.665	2.873	173	5.711
Atualização/Encargos (Nota 25)	4	30	-	34
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 25)	<u>360</u>	<u>165</u>	<u>(5)</u>	<u>520</u>
Constituição (*)	469	202	-	671
Reversão	(109)	(37)	(5)	(151)
Pagamento	(257)	(149)	-	(406)
Subtotal	2.772	2.919	168	5.859
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	209	1.097	-	1.306
Saldo Final	2.981	4.016	168	7.165
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2011	1.775	2.313	-	4.088

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 164.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Saldo Inicial	8.645	7.324
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(57)	(44)
Subtotal	8.587	7.279
Atualização/Encargos (1)	225	175
Movimentação do Período Refletida no Resultado	170	297
Constituição (1)	203	369
Reversão (1) (2)	(33)	(72)
Pagamento (2)	(46)	(12)
Subtotal	8.936	7.739
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	58	43
Saldo Final (3)	8.994	7.782

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009. No 1º semestre/2010 foram incluídos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo que a principal tese refere-se ao alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS, previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718 de 27/11/1998.

(3) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$ 11.

Depósitos em Garantias	31/03/2012	31/03/2011
Saldo Inicial	5.178	4.683
Apropriação de Rendas	136	125
Movimentação do Período	<u>212</u>	<u>77</u>
Depositados	217	93
Levantamentos Efetuados	(4)	(12)
Conversão em Renda	(1)	(4)
Saldo Final (Nota 19a)	5.526	4.885

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 3.029: defende-se a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.109.
- CSLL - Isonomia – R\$ 1.516 enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discute-se a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defende-se a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 345.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 497: discute-se a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 497.
- PIS – R\$ 377 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteia-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 132.

Contingências não reconhecidas no Balanço - Os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 6.727, sendo as principais descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 1.192: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 842: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 679: defende-se a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 471: dedutibilidade das perdas efetivas a título de despesa operacional – cessão de crédito e renegociação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 380: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 322: discute-se o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 736 (R\$ 626 em 31/12/2011) (Nota 19a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos dados em garantia de contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/03/2012	31/03/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	1.590	1.499
Depósitos em Garantia (Nota 19a)	3.285	3.336

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observa-se que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

NOTA 32 – CAPITAL REGULATÓRIO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: de modo geral, capital social, certas reservas e lucros retidos, menos alguns intangíveis.
- Nível II: inclui, dentre outros e sujeito a certas limitações, reservas para reavaliação de ativos, provisões gerais para créditos de liquidação duvidosa e dívida subordinada, e está limitado ao valor do Capital de Nível I.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%; (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições; (iii) a exigência de que os bancos aloquem uma parcela de seu patrimônio para cobrir riscos operacionais, variando de 12% a 18% da média de receita bruta de intermediação financeira. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima:

- Com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior, e
- Com base na consolidação completa, considerando todas as empresas controladas societária ou operacionalmente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, independente de serem ou não regulamentadas pelo Banco Central.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil, tanto com base na consolidação das instituições financeiras quanto com base na consolidação total.

	31/03/2012		31/12/2011	
	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral	Instituições financeiras (consolidação parcial)	Consolidação integral
Capital Regulamentar				
Nível 1	72.113	72.860	71.052	71.601
Nível 2	21.124	21.124	21.564	21.565
Outras Deduções Determinadas pelo Banco Central do Brasil	(33)	(33)	(55)	(55)
Total	93.204	93.951	92.561	93.111
Exigibilidades para Cobertura das Exposições aos Riscos:				
De Crédito	59.587	57.886	59.189	57.629
De Mercado	2.088	2.051	1.079	1.076
Operacional	3.963	4.394	3.460	3.851
Capital Regulamentar Mínimo Exigido	65.638	64.331	63.728	62.556
Excedente do Capital Regulamentar sobre o Capital Regulamentar Mínimo Exigido	27.566	29.620	28.833	30.555
Exposição Ponderada pelo Risco	596.708	584.827	579.338	568.693
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	15,6	16,1	16,0	16,4

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo:

Nome do Papel	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Principal R\$
CDB Subordinado				
	2007	2012	103,5% a 104% do CDI	4.970
			100% CDI + 0,35% a 0,45%	732
			IGPM + 7,31 a 7,35%	278
	2002	2012	102,5% do CDI	200
	2008	2013	100% CDI + 0,50% a 0,60%	1.558
			106% a 107% do CDI	48
	2003	2013	102% do CDI	40
	2007	2014	100% CDI + 0,35% a 0,60%	1.865
			IGPM + 7,35%	33
	2008	2014	112% do CDI	1.000
	2008	2015	119,8% do CDI	400
	2010	2015	113% do CDI	50
	2006	2016	100% CDI + 0,47% (*)	466
	2010	2016	110% a 114% do CDI	2.665
			IPCA + 7,33%	123
	2010	2017	IPCA + 7,45%	367
			TOTAL	14.795
Letra Financeira Subordinada				
	2010	2016	100% CDI + 1,35% a 1,36%	365
			112% a 112,5% do CDI	1.874
			IPCA + 7,00%	30
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,20%	206
	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.224
			IPCA + 6,15% a 7,80%	352
			IGPM + 6,55% a 7,60%	138
			100% CDI + 1,29% a 1,52%	3.650
	2011	2018	IGPM + 7,00%	42
			IPCA + 7,53% a 7,70%	30
	2012	2018	109% a 112,5% do CDI	1
	2011	2019	109% a 109,70% do CDI	1
	2012	2019	110% do CDI	1
	2012	2020	111% do CDI	1
	2011	2021	109,25 a 110,50 % do CDI	6
			TOTAL	9.921
Euronotes Subordinado				
	2010	2020	6,20%	1.731
	2010	2021	5,75%	1.694
	2011	2021	5,75% a 6,20%	1.167
	2012	2021	6,20%	957
			TOTAL	5.549

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

NOTA 33 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

Os quatro segmentos operacionais e de reporte do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são: Banco Comercial, Itaú BBA, Crédito ao Consumidor e Atividade com Mercado + Corporação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Itaú Unibanco - Banco Comercial**

O segmento Banco Comercial fornece um amplo leque de serviços bancários a uma diversificada base de clientes pessoas físicas e jurídicas, entre eles: clientes de varejo (pessoas físicas e microempresas), clientes de alta renda, clientes com alto patrimônio (*private bank*), pequenas empresas e empresas de médio porte.

Os produtos e serviços prestados pelo Banco Comercial incluem produtos de seguros, planos de previdência privada e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de crédito, entre outros. O segmento oferece soluções desenvolvidas especificamente para atender as necessidades de clientes, estabelecendo estratégias de comercialização adequadas a cada um dos diferentes perfis e explorando os canais de distribuição mais convenientes. Assim, busca-se constantemente ampliar o número de produtos oferecidos aos clientes, diversificando nossas fontes de receitas. O segmento é uma fonte importante de funding para as operações e geram significativas receitas financeiras e de prestação de serviços bancários.

- **Itaú Unibanco - Itaú BBA**

O Itaú BBA é o segmento responsável pelas operações bancárias de grandes empresas e pelos serviços de banco de investimento. O Itaú BBA oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil. O modelo de gestão do Itaú BBA está voltado para o desenvolvimento de relações de grande proximidade com seus clientes, obtendo um conhecimento profundo de suas necessidades e oferecendo soluções customizadas. A atividade de banco de investimento compreende a oferta ao segmento corporativo de recursos obtidos por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável. Além disso, realiza atividades de fusões e aquisições.

- **Itaú Unibanco - Crédito ao Consumidor**

O segmento Crédito ao Consumidor é responsável pelo desenvolvimento da estratégia de ampliação da oferta de produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas. Assim, o segmento de crédito ao consumidor abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito para cliente não correntista e a oferta de crédito para população de baixa renda. A estrutura de negócios da operação de financiamento de veículos está apoiada em: Veículos Novos, Veículos Usados, Veículos Pesados e Motos. O processo de aprovação de crédito nas operações de veículos está baseado em modelos de pontuação que permitem a rápida aprovação das propostas de crédito dos clientes, valendo-se da internet para processar essas propostas com segurança e eficiência.

- **Itaú Unibanco – Atividade com Mercado + Corporação**

O segmento Atividade com Mercado + Corporação gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, da atividade de gestão de *gaps* de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragem nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (*mark to market*) de ativos financeiros. Neste segmento, apresentam-se também os resultados dos itens não recorrentes que não são considerados na demonstração do resultado gerencial.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotados no Brasil.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo. As informações financeiras por segmento apresentam diferenças em relação às práticas contábeis brasileiras, em função: (i) do reconhecimento de impactos relacionados à alocação de capital aos segmentos, por meio de um modelo proprietário, e (ii) da apresentação da margem financeira após a aplicação de alguns critérios gerenciais. Os principais ajustes são descritos em detalhes, conforme abaixo:

Alocação de Capital para cada segmento

O patrimônio líquido contábil e o saldo de dívidas subordinadas foram substituídos por *funding* a preços de mercado, e as receitas e despesas financeiras foram alocadas aos diferentes segmentos, baseadas no capital Nível 1, segundo modelo proprietário, sendo que o excesso de capital e dívida subordinada foi alocado ao segmento corporação. Os efeitos fiscais do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de cada segmento foram estornados e posteriormente realocados de maneira proporcional ao montante de capital Nível 1 (*Tier 1*). O resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e o resultado das participações minoritárias foram alocados ao segmento corporação.

Margem Financeira

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota uma estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior que tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. Não se utiliza o método do hedge contábil na contabilização desses derivativos, e sim, a avaliação pelo valor justo com ganhos e perdas refletidos no resultado.

A estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais incidentes: quer os relativos à não tributação ou dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real ante as moedas estrangeiras, quer os decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos utilizados. Nos períodos em que a variação da paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se significativo impacto nas receitas e despesas financeiras.

Em razão disso, a demonstração de resultado gerencial é utilizada para a preparação da informação por segmento. A demonstração de resultado gerencial é obtida tendo como base reclassificações realizadas sobre a demonstração do resultado contábil preparada segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil. Reclassificam-se os efeitos fiscais do hedge dos investimentos no exterior, os quais estão considerados nas rubricas de Despesas Tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, na Demonstração do Resultado contábil.

Além disso, a margem financeira gerencial possui para cada operação, alocação de seu respectivo custo de oportunidade.

Na coluna de ajustes e reclassificações, são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizados na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de março de 2012
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	13.063	1.885	3.458	1.443	19.828	1.008	20.836
Margem Financeira (1)	8.537	1.357	2.053	1.357	13.306	1.243	14.549
Receita de Prestação de Serviços	2.960	562	1.405	86	5.003	(341)	4.662
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.468	5	(12)	-	1.461	13	1.474
Outras Receitas	98	(39)	12	-	58	93	151
Perdas com Créditos e Sinistros	(3.948)	(26)	(1.253)	(77)	(5.304)	(30)	(5.334)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.366)	(79)	(1.531)	(55)	(6.031)	(32)	(6.063)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	883	53	278	(22)	1.192	1	1.193
Despesas com Sinistros	(465)	-	-	-	(465)	1	(464)
Margem Operacional	9.115	1.859	2.205	1.366	14.524	978	15.502
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(6.741)	(771)	(1.763)	(103)	(9.385)	(784)	(10.169)
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(6.127)	(682)	(1.526)	(87)	(8.429)	(491)	(8.920)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(673)	(97)	(229)	(42)	(1.041)	(168)	(1.209)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido	52	3	-	26	81	(121)	(40)
Outros Resultados	7	5	(8)	-	4	(4)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.374	1.088	442	1.263	5.139	194	5.333
Imposto de Renda e Contribuição Social	(748)	(361)	(85)	(210)	(1.404)	(450)	(1.854)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(219)	(191)	(3)	(194)
LUCRO LÍQUIDO	1.626	727	357	834	3.544	(259)	3.285

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 12.966, receita de dividendos R\$ 64, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 1.050 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 469.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 311 e de amortização de R\$ 202.

Ativo Total ⁽¹⁾	644.335	184.260	102.389	88.459	896.842	(69.219)	827.623
Passivo Total	612.176	173.511	90.381	68.986	822.453	(70.984)	751.469
⁽¹⁾ Inclui:							
Investimentos em Empresas não Consolidadas	-	3	-	1.700	1.703	850	2.553
Imobilizado, Líquido	4.329	367	460	-	5.156	71	5.227
Intangível, Líquido	2.650	348	937	-	3.935	21	3.956

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A Administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
De 01/01 a 31 de março de 2011
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	BANCO COMERCIAL	ITAÚ BBA	CRÉDITO AO CONSUMIDOR	ATIVIDADE COM MERCADO + CORPORAÇÃO	ITAÚ UNIBANCO	AJUSTES	CONSOLIDADO IFRS
Produto Bancário	11.861	1.652	3.513	523	17.533	747	18.280
Margem Financeira (1)	8.027	1.151	2.079	464	11.714	660	12.374
Receita de Prestação de Serviços	2.523	510	1.376	59	4.467	(139)	4.328
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.170	-	54	-	1.224	33	1.257
Outras Receitas	141	(9)	4	-	128	193	321
Perdas com Créditos e Sinistros	(2.121)	(13)	(898)	(543)	(3.575)	265	(3.310)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.547)	(82)	(1.208)	(543)	(4.380)	270	(4.110)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	828	69	310	-	1.207	(8)	1.199
Despesas com Sinistros	(402)	-	-	-	(402)	3	(399)
Margem Operacional	9.740	1.639	2.615	(20)	13.958	1.012	14.970
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(6.147)	(644)	(2.034)	63	(8.763)	(833)	(9.596)
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(5.465)	(580)	(1.798)	(125)	(7.968)	(655)	(8.623)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(645)	(97)	(236)	44	(935)	(103)	(1.038)
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas não Consolidadas, Líquido	(47)	-	-	144	97	(32)	65
Outros Resultados	10	33	-	-	43	(43)	-
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.593	995	581	43	5.195	179	5.374
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.263)	(330)	(156)	360	(1.389)	(357)	(1.746)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	-	-	(185)	(168)	12	(156)
LUCRO LÍQUIDO	2.330	665	425	218	3.638	(166)	3.472

(1) Inclui receita e despesa líquida de juros e rendimentos R\$ 11.592, receita de dividendos R\$ 72, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros R\$ 291 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 419.

(2) Referem-se à despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 282 e de amortização de R\$ 241.

	31/12/2011						
Ativo Total (1)	571.315	191.620	101.453	115.171	851.332	(33.196)	818.136
Passivo Total	542.702	181.226	91.820	90.723	778.244	(35.444)	742.800
(1) Inclui:							
Investimentos em Empresas não Consolidadas	-	3	-	1.681	1.684	860	2.544
Imobilizado, Líquido	4.454	366	467	-	5.287	71	5.358
Intangível, Líquido	2.803	339	668	-	3.810	15	3.825

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

A Administração analisa a Margem Financeira de forma líquida.

Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/03/2012			01/01 a 31/03/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira(*)	26.212	1.720	27.932	22.175	1.201	23.376
Ativos não Correntes	8.489	694	9.183	8.615	568	9.183

(*) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) e a ITAÚSA, controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se a Itautec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas; e
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse;
- Os investimentos nas empresas não consolidadas (Nota 12) - Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A. e Banco BPI, S.A..

Adicionalmente existem operações com as entidades sob controle conjunto destacando-se o Banco Investcred Unibanco S.A., Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Luizacred S.A. Soc. Créd. Financiamento Investimento, FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, FIC Promotora de Vendas Ltda. e Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO					
	Taxa Anual	ATIVO/(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)	
		31/03/2012	31/12/2011	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.792	1.836	45	42
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	103% do CDI 9,11% a 13,79% Pré-fixada Média 11,06% Pré-fixada	606	619	15	12
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	103% do CDI 9,11% a 13,25% Pré-fixada Média 10,58% Pré-fixada	165	236	5	7
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	103% do CDI 12,07% a 12,12% Pré-fixada Média 12,09% Pré-fixada	1.021	981	25	23
Depósitos		-	(77)	(1)	(1)
Duratex S.A.		-	(2)	(1)	-
Elekeiroz S.A.		-	-	-	(1)
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	(57)	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	(18)	-	-
Captações no Mercado Aberto		(100)	(100)	(3)	-
Maxfácil Participações S.A.	100% da SELIC	(65)	(64)	(2)	-
FIC Promotora de Venda Ltda.	100% da SELIC	(12)	(6)	-	-
Facilita Promotora S.A.	100% da SELIC	(2)	(7)	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% da SELIC	(1)	(2)	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	9,65 a.a. % Pré-fixada	(20)	(14)	-	-
Outras		-	(7)	(1)	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas		(128)	(98)	-	-
Porto Seguro S.A.		-	11	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		(1)	(1)	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	-	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		(2)	(1)	-	-
Fundação Itaubanco		1	-	-	-
Caixa de Prev.dos Func. do Banco Beg - PREBEG		(8)	(9)	-	-
Fundação BEMGEPREV		(8)	(3)	-	-
UBB Prev Previdência Complementar		(25)	(19)	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		(82)	(76)	-	-
Outras		(1)	-	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		-	-	3	43
Fundação Itaubanco		-	-	6	5
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	1	1
Itaúsa Investimentos S.A.		-	-	-	1
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	-	-	14
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		-	-	-	5
Porto Seguro S.A.		-	-	-	16
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento		-	-	(3)	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		-	-	(3)	-
Outras		-	-	2	1
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(10)	(8)
Fundação Itaubanco		-	-	(7)	(6)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(3)	(2)
Despesas com Doações		-	-	(21)	(14)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(20)	(14)
Outras		-	-	(1)	-
Despesas de Processamento de Dados		-	-	(72)	(74)
Itautec S.A.		-	-	(72)	(74)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ 2 (R\$ 2 de 01/01 a 31/03/2011) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fez doações regulares para a Fundação Itaú Social, uma fundação filantrópica cujos objetivos são: criar o "Programa Itaú Social", destinado a coordenar atividades de interesse da comunidade e apoiar e desenvolver projetos sociais, científicos e culturais, principalmente na área de ensino básico e saúde; e apoiar os projetos ou iniciativas em andamento, sustentados ou patrocinados por entidades qualificadas segundo o "Programa Itaú Social". Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é sócio-fundador e mantenedor do Instituto Itaú Cultural - IIC, uma entidade cujo objetivo é a promoção e a preservação da herança cultural brasileira.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Remuneração	79	76
Conselho de Administração	1	2
Administradores	78	74
Participações no Lucro	28	35
Conselho de Administração	2	1
Administradores	26	34
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	1	3
Administradores	1	3
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	36	32
Total	144	146

NOTA 35 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de score continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1 Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior 25,95%
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> c/PD maior a 31,84%
	Operações em Atraso >90 dias
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application score* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basiléia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2 Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

A Instituição classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando administrar suas exposições ao risco de crédito.

2. Controle do limite de risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o controle do risco crédito de forma centralizada, ao passo que a gestão do risco de crédito é descentralizada, realizada por cada unidade de negócio.

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo controle de risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, segmento, produto e demais variáveis que considera relevante.

Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio, que avaliam as carteiras em nível detalhado.

O grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de melhorar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

As garantias são importante instrumento de gestão do risco de crédito e por essa razão só são aceitas quando condizentes com os rigorosos critérios estabelecidos pelo grupo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento, é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto (*standby*) e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna menor a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	31/03/2012			31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.942	13.357	24.299	9.820	18.001	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	122.008	811	122.819	91.643	605	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	114.421	5.643	120.064	116.615	5.274	121.889
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	189	189	-	186	186
Derivativos	6.168	2.674	8.842	5.864	2.890	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10.264	44.741	55.005	7.323	40.187	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.507	503	3.010	2.500	605	3.105
Operações de Crédito	252.446	71.746	324.192	251.034	71.357	322.391
<i>Off Balance</i>	258.710	13.568	272.278	254.711	14.830	269.541
Avais e Fianças	50.044	3.106	53.150	48.908	2.622	51.530
Cartas de Crédito	12.599	-	12.599	11.172	-	11.172
Compromissos a Liberar	196.067	10.462	206.529	194.631	12.208	206.839
Crédito Imobiliário	13.854	-	13.854	14.308	-	14.308
Cheque Especial	91.834	-	91.834	91.904	-	91.904
Cartão de Crédito	84.895	503	85.398	83.767	489	84.256
Outros Limites Pré-Aprovados	5.484	9.959	15.443	4.652	11.719	16.371
Total	777.466	153.232	930.698	739.510	153.935	893.445

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/03/2012 e 31/12/2011, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações em Instituições Financeiras, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 75% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que.
- somente 7,6% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 5,6% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	31/03/2012	%	31/12/2011	%
Setor Público	1.644	0,47%	1.990	0,57%
Indústria e Comércio	99.962	28,70%	99.859	28,85%
Serviços	72.456	20,80%	70.642	20,40%
Setor Primário	16.165	4,64%	16.109	4,65%
Pessoa Física	881	0,25%	156.167	45,10%
Outros Setores	157.169	45,14%	1.497	0,43%
Total	348.277	100,00%	346.264	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/03/2012	%	31/12/2011	%
Setor Primário	1.183	0,35%	1.029	0,34%
Setor Público	130.865	39,15%	88.174	29,26%
Indústria e Comércio	7.230	2,16%	5.381	1,78%
Serviços	45.618	13,65%	72.281	23,97%
Outros Setores	2.208	0,66%	14.574	4,83%
Pessoa Física	6	0,00%	5	0,00%
Financeiras	147.118	44,02%	120.069	39,82%
Total	334.228	100,00%	301.513	100,00%

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/03/2012				31/12/2011			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	210.649	5.764	-	216.413	221.315	5.800	-	227.115
Médio	76.246	11.455	-	87.701	63.763	10.921	-	74.684
Alto	15.477	9.138	-	24.615	16.910	8.703	-	25.613
<i>Impairment</i>	-	-	19.548	19.548	-	-	18.852	18.852
Total	302.372	26.357	19.548	348.277	301.988	25.424	18.852	346.264
%	86,8%	7,6%	5,6%	100,0%	87,3%	7,3%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/03/2012					31/12/2011				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	73.846	48.090	14.967	11.363	148.266	73.354	49.320	14.467	10.986	148.127
Cartão de Crédito	18.680	11.955	3.220	2.719	36.574	19.332	13.061	3.485	3.083	38.961
Crédito Pessoal	8.347	16.992	8.687	3.564	37.590	7.765	15.985	8.048	3.455	35.253
Veículos	33.580	18.028	2.956	4.947	59.511	33.934	19.357	2.843	4.329	60.463
Crédito Imobiliário	13.239	1.115	104	133	14.591	12.323	917	91	119	13.450
Grandes Empresas	87.839	5.053	190	1.214	94.296	88.353	3.500	343	1.033	93.229
Micros/Pequenas e Médias Empresas	50.799	18.280	9.426	6.899	85.404	51.548	17.444	9.887	6.770	85.649
Unidades Externas América Latina	3.929	16.278	32	72	20.311	13.860	4.420	916	63	19.259
Total	216.413	87.701	24.615	19.548	348.277	227.115	74.684	25.613	18.852	346.264
%	62,1%	25,2%	7,1%	5,6%	100,0%	65,6%	21,6%	7,4%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de segmentos e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/03/2012				31/12/2011			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	86.459	4.978	156	91.593	86.992	3.423	314	90.729
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	70.884	38.792	8.754	118.430	70.501	40.321	8.952	119.774
Cartão de Crédito	18.560	11.322	2.200	32.082	19.245	12.580	2.503	34.328
Crédito Pessoal	8.237	15.900	5.963	30.100	7.648	14.893	5.870	28.411
Veículos	31.188	10.825	573	42.586	31.516	12.248	565	44.329
Crédito Imobiliário	12.899	745	18	13.662	12.092	600	14	12.706
Micro/Pequenas e Médias Empresas	50.156	16.674	6.562	73.392	50.774	15.899	6.828	73.501
Unidades Externas América Latina	3.150	15.802	5	18.957	13.048	4.120	816	17.984
Total	210.649	76.246	15.477	302.372	221.315	63.763	16.910	301.988

6.1.1 As operações de crédito, por portfólio de segmentos e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/03/2012				31/12/2011			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	12.020	4.866	1.588	18.474	11.764	4.112	1.491	17.367
Cartão de Crédito	955	416	402	1.773	805	344	401	1.550
Crédito Pessoal	2.310	1.144	473	3.927	2.056	871	460	3.387
Veículos	8.181	3.136	659	11.976	8.456	2.760	589	11.805
Crédito Imobiliário	574	170	54	798	447	137	41	625
Grandes Empresas	1.227	91	170	1.488	1.232	185	51	1.468
Micros/Pequenas e Médias Empresas	3.093	1.394	626	5.113	3.433	1.349	596	5.378
Unidades Externas América Latina	1.188	64	30	1.282	1.144	41	26	1.211
Total	17.528	6.415	2.414	26.357	17.573	5.687	2.164	25.424

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/03/2012							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	147.118	109.918	189	3.928	32.490	3.007	296.650
Médio	-	10.028	-	4.644	22.381	3	37.056
Alto	-	118	-	270	134	-	522
Total	147.118	120.064	189	8.842	55.005	3.010	334.228
%	44,0%	35,9%	0,1%	2,6%	16,5%	0,9%	100,0%

31/12/2011							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	120.069	111.938	186	4.750	26.849	3.101	266.893
Médio	-	9.197	-	3.742	20.580	4	33.523
Alto	-	754	-	262	81	-	1.097
Total	120.069	121.889	186	8.754	47.510	3.105	301.513
%	39,8%	40,4%	0,1%	2,9%	15,8%	1,0%	100,0%

6.1.3 Garantias de operações de crédito

Efeito financeiro da garantia	31/03/2012				31/12/2011			
	(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
Pessoas Físicas	64.665	147.611	9.201	8.076	67.786	146.078	7.608	6.924
Crédito Pessoal	465	1.186	28	18	635	1.607	88	70
Veículos	49.622	77.500	8.901	7.879	54.062	82.309	7.216	6.638
Crédito Imobiliário	14.578	68.925	272	180	13.089	62.162	304	216
Mircros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	139.595	295.941	41.802	21.766	115.349	238.458	61.710	42.887
Unidades Externas América Latina	4.132	6.563	16.179	9.657	-	-	19.259	13.497
Total	208.392	450.115	67.181	39.500	183.135	384.537	88.577	63.308

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 72.704 (R\$ 74.553 em 31/12/2011).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplimento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Mircros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de alterações em vencimentos, modificação de cronograma e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao status de não vencida e é classificada nos *ratings* internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 16.438 (R\$ 14.570 em 31/12/2011).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 31 de março 2012 e 2011:

	01/01 a 31/03/2012	01/01 a 31/03/2011
Imóveis Não de Uso	1	1
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	9	9
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	-	2
Total	10	12

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à *variação cambial*, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de *variações* nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados, e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Atualmente, está em análise o uso de soluções de mercado para complementar a arquitetura tecnológica de risco como parte do processo evolutivo para atendimento das futuras exigências regulatórias e gerenciais.

O controle de risco de mercado realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING baseia-se no uso abrangente e complementar de metodologias, bem como de ferramentas quantitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

Nesse contexto, a estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa a *balancear* os objetivos de negócio da empresa, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais do conglomerado ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Além disso, a área executiva realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, inclusive das eventuais extrapolações de limites de risco, comunicando o evento à unidade de negócio responsável e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e informações, que fornece subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do Banco Central do Brasil (BACEN) e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação e carteira de não negociação. A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços, efetivos ou esperados no curto prazo, ou realização de arbitragens.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações detidas sem intenção de negociação no curto prazo, e seus respectivos *hedges*, bem como em operações destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de seus investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e gerencial são regidos por políticas internas no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As exposições a risco de mercado dos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado, sendo os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- Taxas de Juros: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros.
- Cupons Cambiais: risco de perda das posições em operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda das posições em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda das operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações.

O tratamento de risco de mercado da carteira de não negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações e choques das taxas de juros, *Value at Risk* (VaR) e *Earning at Risk* (EaR); conforme estabelecido nas políticas internas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para a avaliação de posições em ações das carteiras de negociação e de não negociação, utiliza-se o *Value at Risk* (VaR), além de aplicar testes de stress, conforme apresentado no parágrafo abaixo sobre métricas.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e que cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco até limites granulares, garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas comissões competentes.

A estrutura de limites é estabelecida e aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado.

Essa estrutura de controle de limites:

- Proporciona mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do banco, promovendo o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco e sua evolução;
- Aumenta a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornece mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evita a concentração de riscos.

Os limites são monitorados e os alertas de atingimento acionam discussões deliberativas sobre as posições.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado em Risco (*EaR*): medida que quantifica o impacto no resultado a realizar de uma dada carteira, considerando condições normais de mercado, horizonte de tempo relacionado a operação mais longa da carteira de não negociação e um intervalo de confiança pré determinado.

Adicionalmente às medidas de risco acima mencionadas, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objeto, as volatilidades implícitas, taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O modelo interno de VaR utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior (Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A. e Banco Itaú Paraguai S.A.); demonstrando onde encontram-se as maiores concentrações de risco de mercado.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Neste período, o VaR Global Médio foi de R\$ 154,3 milhões ou 0,20% do patrimônio total (em todo o ano de 2011 foi de R\$ 142,0 milhões ou 0,19%).

(em milhões de R\$)

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo	Máximo	31/03/2012	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2011
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	113,2	77,7	156,0	109,2	105,3	27,0	229,2	114,8
Cupons Cambiais	23,0	19,1	29,4	20,7	29,5	12,6	59,0	23,6
Moedas Estrangeiras	45,4	27,3	77,7	27,3	38,1	14,2	69,2	29,0
Índices de Preços	22,0	14,8	32,8	27,0	17,7	2,5	41,6	21,1
Ações	8,9	4,4	17,1	8,0	13,4	3,7	26,1	4,4
Unidades Externas (**)								
Itaú BBA International	2,3	0,8	5,1	1,8	2,9	0,4	6,5	1,5
Itaú Argentina	3,3	2,2	4,5	2,5	4,0	1,6	9,4	3,7
Itaú Chile	5,9	4,1	9,2	9,2	5,3	1,9	10,3	5,3
Itaú Uruguai	0,8	0,3	1,4	1,2	0,5	0,2	1,1	0,7
Itaú Paraguai	0,3	0,2	0,4	0,3	0,6	0,2	1,7	0,2
Efeito de diversificação				(64,7)				(53,4)
Risco Global	154,3	135,1	181,7	142,5	142,0	74,0	278,5	150,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações de juros, e aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando, por produtos, o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (1)

	31/03/2012						31/12/2011					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	242.803	165.074	76.036	216.710	57.500	758.123	236.921	142.241	90.272	221.640	54.756	745.830
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.948	5.269	2.343	2.739	-	24.299	18.911	3.226	3.247	2.177	260	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	78.774	43.982	63	-	-	122.819	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248
Depósitos Compulsórios no Banco Central	75.618	-	-	-	-	75.618	98.053	-	-	-	-	98.053
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.487	22.629	12.336	66.201	13.411	120.064	7.188	3.369	27.149	72.088	12.095	121.889
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do Resultado	189	-	-	-	-	189	186	-	-	-	-	186
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.061	5.173	8.793	17.720	17.258	55.005	6.139	3.997	3.768	17.042	16.564	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-	30	3	232	2.745	3.010	87	-	33	190	2.795	3.105
Derivativos	1.502	2.982	713	3.223	422	8.842	2.277	2.199	1.473	2.315	490	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	61.224	85.009	51.785	126.595	23.664	348.277	53.949	88.988	52.947	127.828	22.552	346.264
Passivos Remunerados	181.635	62.442	46.756	231.608	39.764	562.205	167.707	69.188	47.978	220.222	51.727	556.822
Depósitos de Poupança	68.488	-	-	-	-	68.488	67.170	-	-	-	-	67.170
Depósitos a Prazo	21.013	16.363	10.469	75.792	3.748	127.385	30.918	19.167	11.475	79.542	3.367	144.469
Depósitos Interfinanceiros	1.706	3.627	2.723	513	-	8.569	665	683	445	272	-	2.065
Mercado Aberto	74.761	10.136	9.508	92.212	13.187	199.804	55.866	11.403	11.139	89.261	17.744	185.413
Mercado Interbancário	5.083	25.721	15.906	39.424	3.716	89.850	5.904	24.588	16.773	38.781	4.452	90.498
Mercado Institucional	6.473	4.704	7.286	19.945	18.562	56.970	2.772	11.248	5.881	9.565	25.341	54.807
Derivativos	1.254	1.804	831	3.156	502	7.547	1.526	1.245	1.364	2.104	508	6.747
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	1	87	33	566	49	736	48	854	901	697	315	2.815
Passivos de Planos de Capitalização	2.856	-	-	-	-	2.856	2.838	-	-	-	-	2.838
Diferença ativo/passivo (2)	61.168	102.632	29.280	(14.898)	17.736	195.918	69.214	73.053	42.294	1.418	3.029	189.008
Diferença Acumulada	61.168	163.800	193.080	178.182	195.918		69.214	142.267	184.561	185.979	189.008	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	8,1%	21,6%	25,5%	23,5%	25,8%		9,3%	19,1%	24,7%	24,9%	25,3%	

(1) Prazos contratuais remanescentes.

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/03/2012					
ATIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	4.002	145	55	1.978	6.180
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	-	2.190	2.190
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.164	1.015	-	1.178	13.357
Aplicações em Mercado Aberto	780	-	-	31	811
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.664	737	-	242	5.643
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	189	-	-	189
Derivativos	1.946	486	-	242	2.674
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	41.366	70	-	3.305	44.741
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	503	-	-	-	503
Operações de Crédito, líquida	38.382	5.997	2.730	24.637	71.746
TOTAL DO ATIVO	102.807	8.639	2.785	33.803	148.034

31/03/2012					
PASSIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	36.956	1.909	373	21.213	60.451
Captações no Mercado Aberto	9.560	-	-	171	9.731
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.752	-	-	2.752
Derivativos	1.489	459	-	165	2.113
Recursos de Mercados Interbancários	24.705	1.531	1	2.023	28.260
Recursos de Mercados Institucionais	43.472	3.578	-	1.452	48.502
TOTAL DO PASSIVO	116.182	10.229	374	25.024	151.809

POSIÇÃO LIQUÍDA	(13.375)	(1.590)	2.411	8.779	(3.775)
------------------------	-----------------	----------------	--------------	--------------	----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 06, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 09, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/12/2011					
ATIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Disponibilidades	2.560	323	64	2.221	5.168
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	13	-	2.098	2.111
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.681	1.274	2	1.044	18.001
Aplicações em Mercado Aberto	478	-	-	127	605
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.327	643	-	304	5.274
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	-	-	186
Derivativos	2.018	614	-	258	2.890
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	37.880	98	-	2.209	40.187
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	605	-	-	-	605
Operações de Crédito, líquida	40.494	5.338	2.832	22.693	71.357
TOTAL DO ATIVO	104.043	8.489	2.898	30.954	146.384

31/12/2011					
PASSIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total
Depósitos	36.830	2.390	409	19.438	59.067
Captações no Mercado Aberto	7.228	-	-	176	7.404
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.815	-	-	2.815
Derivativos	1.684	537	-	137	2.358
Recursos de Mercados Interbancários	28.022	643	2	2.015	30.682
Recursos de Mercados Institucionais	47.643	3.530	-	1.230	52.403
TOTAL DO PASSIVO	121.407	9.915	411	22.996	154.729

POSIÇÃO LIQUÍDA	(17.364)	(1.426)	2.487	7.958	(8.345)
------------------------	-----------------	----------------	--------------	--------------	----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 06, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 09, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

Além disso, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos conforme as necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez.
- Planos de contingência para situações de crise.
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco.
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação.
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 435,8 bilhões (R\$ 448,1 bilhões 31/12/2011), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 29,7% do total, ou R\$ 129,3 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/03/2012			31/12/2011		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	118.110	231.345		127.686	242.638	
Recursos à Vista	26.903	26.903	6,2	28.933	28.933	6,5
Recursos de Poupança	68.488	68.488	15,7	67.170	67.170	15,0
Recursos a Prazo	21.013	127.385	29,2	30.917	144.469	32,2
Outros Recursos	1.706	8.569	2,0	666	2.066	0,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	2.647	49.336	11,3	4.862	51.557	11,5
Recursos de Emissão Própria (2)	2.331	109.415	25,1	2.913	114.155	25,5
Dívida Subordinada	6.189	45.701	10,5	60	39.715	8,9
Total	129.277	435.797		135.521	448.065	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades de caixa, posições bancadas das Aplicações no Mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 90,2 bilhões e representavam 69,8% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 20,7% do total de recursos e 15,9% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/03/2012	31/12/2011
	%	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	69,8	59,6
Ativos Líquidos / Recursos Totais	20,7	18,0
Ativos Líquidos / Ativos Totais	15,9	15,4

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/03/2012					31/12/2011				
	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total
ATIVO (1)										
Disponibilidades	10.551	-	-	-	10.551	10.633	-	-	-	10.633
Aplicações em Instituições Financeiras	90.576	41.690	2.864	269	135.399	68.277	36.721	2.295	287	107.580
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (2)	51.584	-	-	-	51.584	25.438	-	-	-	25.438
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	25.377	33.513	-	-	58.890	23.948	29.706	-	-	53.654
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.615	8.177	2.864	269	24.925	18.891	7.015	2.295	287	28.488
Títulos e Valores Mobiliários	33.862	19.145	9.646	74.660	137.313	50.127	5.368	3.979	54.096	113.570
Títulos Públicos - Livres	28.091	-	-	-	28.091	44.741	-	-	-	44.741
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	836	15.012	6.109	41.647	63.604	686	1.779	916	23.210	26.591
Títulos Privados - Livres	4.900	4.028	3.263	30.325	42.516	4.693	3.299	2.332	28.648	38.972
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	35	105	274	2.688	3.102	7	290	731	2.238	3.266
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.502	3.695	951	2.694	8.842	2.277	3.672	960	1.845	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (3)	50.594	134.583	76.636	120.503	382.316	48.966	133.015	78.609	110.750	371.340
	187.085	199.113	90.097	198.126	674.421	180.280	178.776	85.843	166.978	611.877

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 75.618 (R\$ 98.053 em 31/12/2011) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 29.

(2) Subtraído o valor de R\$ 7.836 (R\$ 7.227 em 31/12/2011), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista de R\$ 22.138 (R\$ 25.749 em 31/12/2011).

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/03/2012					31/12/2011				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
PASSIVO										
Depósitos	112.848	37.911	28.510	86.169	265.438	122.173	38.410	33.101	67.913	261.597
Depósito a Vista	26.903	-	-	-	26.903	28.933	-	-	-	28.933
Depósito Poupança	68.488	-	-	-	68.488	67.170	-	-	-	67.170
Depósito a Prazo	16.047	31.227	28.310	86.040	161.624	25.423	37.239	32.903	67.806	163.371
Depósito Interfinanceiros	1.410	6.684	200	129	8.423	647	1.171	198	107	2.123
Depósitos Compulsórios	(34.736)	(11.377)	(9.187)	(20.318)	(75.618)	(39.562)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(98.053)
Depósito a Vista	(9.287)	-	-	-	(9.287)	(9.939)	-	-	-	(9.939)
Depósito Poupança	(19.400)	-	-	-	(19.400)	(18.843)	-	-	-	(18.843)
Depósito a Prazo	(6.049)	(11.377)	(9.187)	(20.318)	(46.931)	(10.780)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(69.271)
Captações no Mercado Aberto (1)	77.625	20.745	44.594	95.369	238.333	56.618	24.205	45.139	91.587	217.549
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	2.581	23.334	13.148	14.727	53.789	4.365	25.714	12.998	13.274	56.351
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	3.576	22.124	10.624	24.313	60.638	3.339	25.276	10.617	24.484	63.716
Dívidas Subordinadas (4)	6.233	8.828	1.712	44.208	60.981	69	11.338	3.174	40.941	55.522
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.254	2.635	964	2.694	7.547	1.526	2.609	885	1.727	6.747
	169.381	104.200	90.365	247.162	611.108	148.528	111.762	91.963	211.176	563.429

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

O quadro acima não inclui o efeito financeiro sobre a liquidez dos avais, fianças e outros compromissos de crédito, uma vez que esses possuem uma probabilidade de 0,06% de concretização, de acordo com dados históricos. Em relação aos valores de referência (*notional*) (Nota 35.5).

NOTA 36 – EVENTO SUBSEQUENTE

I - Banco BPI, S.A.

Em 20 de abril de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Lda. (IPI), alienou a totalidade de sua participação, equivalente a 18,87% no capital social do Banco BPI, S.A. (BPI) à Caixabank, S.A., sociedade integrante do Grupo La Caixa.

Em consequência desta operação, a La Caixa pagará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING cerca de € 93 milhões (noventa e três milhões de euros).

A transação resultará em impacto positivo de aproximadamente R\$ 100 milhões no patrimônio líquido consolidado e um efeito negativo, não recorrente, de aproximadamente R\$ 200 milhões no lucro líquido contábil. Esses efeitos serão registrados no 2º trimestre de 2012.

II - Operação com o Carrefour

Em 23 de abril de 2012, o BACEN aprovou o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 14/04/2011, entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda (Carrefour Brasil), para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour") pelo valor de R\$ 725 milhões, correspondente a um múltiplo P/L (Preço/Lucro) 2010 de 11,6.